

MAICO RORIS
SEVERINO (ORG.)

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DEBATE:

Relatos do
Encontro Goiano
de Economia
Solidária

VOLUME I



PROEC
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA



© Maico Roris Severino, 2018

Capa

Géssica Marques

Projeto gráfico

Keslley Albano

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

Enderson Medeiros CRB1 2276

E19 Economia solidária em debate : relatos do Encontro Goiano de Economia Solidária : volume 1. / organização, Maico Roris Severino. - Goiânia : Gráfica UFG, 2018

116 p. ; il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-495-0214-8

1. Economia social. 2. Solidariedade – Aspectos econômicos.
3. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais. 4. Goiás (Estado).
I. Severino, Maico Roris.

CDU: 330.162(817.3)

Maico Roris Severino (org.)

**Economia
Solidária em
Debate:
Relatos do
Encontro
Goiano de
Economia
Solidária**

Volume I



SUMÁRIO

CAPÍTULO I – Apresentação

Maico Roris Severino 07

CAPÍTULO II – Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários da UFG-Catalão: aportes teóricos e bússola metodológica

Juliana Pereira de Araújo

Maria Paulina de Assis

Elis Regina da Costa

Rita Tatiana Cardoso Erbs

Fabiana Jordão Martinez 14

CAPÍTULO III – Nunca é tarde para acreditar: Paul Singer e a economia solidária como renovação da revolução socialista

Antônio Gabriel Tavares

Tiago Camarinha Lopes 36

CAPÍTULO IV – Espaço e cultura: os desafios no processo de criação de um ponto de cultura em uma feira de economia solidária

Aquiles da Silva Lemos

Maico Roris Severino 51

CAPÍTULO V – Ocupar mercados e gerar renda: a feirinha solidária da UFU.

Rafaela Mazola Moraes

Cristiane Betanho

José Eduardo Fernandes

Arthur Humbelino Gonçalves dos Santos 70

CAPÍTULO VI – Organizações produtivas solidárias de coleta seletiva: oportunidades e desafios.

Arthur Humbelino Gonçalves dos Santos

Marina Maciel Borges, Cristiane Betanho

José Eduardo Fernandes 91

CAPÍTULO VII – Considerações finais

Maico Roris Severino 113



CAPÍTULO I

APRESENTAÇÃO

Maico Roris Severino – Universidade Federal de
Goiás (UFG)

Com satisfação é apresentado neste livro uma síntese do que foi debatido no I Encontro Goiano de Economia Solidária (IEGESOL) que foi realizado período de 25 a 27 de abril de 2016, no *Campus I* da Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Este evento foi promovido pela Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários (INESSOL) da UFG, tendo como apoiadores, a Incubadora Social da UFG, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UFG e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

O movimento de Economia Solidária no estado de Goiás até o ano de 2016 era muito insipiente. Acredita-se que as primeiras iniciativas em prol deste movimento se deram no início da década do ano 2000.

Em 2016 verifica-se a existência de duas incubadoras de empreendimentos de economia solidária, diversas iniciativas de economia solidária (como redes, cooperativas, associações e coletivos de trabalho e comercialização), uma seção de Economia Solidária na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – GO, três edições da Conferência Estadual de Economia Solidária, o Fórum Goiano de Economia Solidária, iniciativas de secretarias municipais acerca da Economia Solidária, além de diversos projetos de pesquisa e extensão realizados pelas universidades.

Apesar das diversas ações, não existe um espaço comum em que possa-se debater acerca da economia solidária. Assim, o Econtro Goiano de Economia Solidária (EGESOL) buscou, em sua primeira edição, se consolidar como espaço de debates, de troca de experiências e de fomento para constituição de novas formas de relacionamento, produção e integração organizacional cuja base seja a economia solidária. Deste modo o evento pretende socializar ideias e trajetórias do estado de Goiás e vizinhanças que venham se constituindo como base para emergência de novas lideranças sociais, econômicas, produtivas e culturais e que tenham como elemento central a potencialidade de integração, geração de conhecimento e otimização de formas integradoras de ação e existência.

Este evento teve como foco a economia solidária sobremaneira as **Experiências e novas possibilidades para viver e produzir** que ela oportuniza e fundamenta. O tema proposto possibilitou rea-

lizar uma aproximação entre os diversos atores-coletivos que estão em constituição ou ação em Goiás, a discussão de questões comuns como a metodologia das incubadoras, o papel integrador da universidade e a educação como elemento central para a economia solidária.

Assim, o Encontro Goiano de Economia Solidária, em sua primeira edição, teve como objetivo geral debater sobre o tema e reunir parcerias no estado de Goiás.

Nesta perspectiva teve-se como objetivos específicos:

- Refletir sobre a Economia Solidária;
- Debater e disseminar o conceito de Incubação de Empreendimentos Sociossolidários;
- Debater sobre metodologias de incubação;
- Proporcionar espaços para troca de experiências de processos de incubação;
- Criação e/ou fortalecimento de fóruns e redes de economia solidária em Goiás;
- Debater sobre políticas públicas associadas a economia solidária;
- Propor a constituição de Centro Multidisciplinar de Apoio aos Empreendimentos Sociossolidários na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão;
- A publicação deste livro.

Para atingir os objetivos propostos, no I EGESOL (2016) foram realizadas conforme as atividades descritas a seguir e sistematizadas na tabela 1.1:

Credenciamento (de 25/04/2016 a partir das 16h00min até o final do evento):

Espaço reservado para realização e confirmação de inscrições e entrega do material do encontro.

Solenidade de Abertura (25/04/2016 das 17h00min às 19h00min):

Para a abertura do evento teve-se uma sonelidade apresentando as entidades envolvidas com a Economia Solidária no estado de Goiás e da instituição organizadora, tais como: os coordenadores das incubadoras do estado, representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), representante da Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho, representante da Secretaria Municipal de Ação Social, representante de um dos EES e autoridades da instituição executora do evento e do município de Catalão, apresentando a importância do evento para a comunidade acadêmica e para a sociedade.

Painel de Debates: Educação Popular e Economia Solidária (25/04/2016 das 19h00min às 21h00min):

Para esta atividade foram convidadas para expor e debater sobre o tema Juliana Alexandre Jacinto (Prefeitura Municipal de Araçatiguama-SP) e Sebastiana Almire de Jesus (Fórum Brasileiro de Economia Solidária).

Palestra: Fóruns e Redes de Economia Solidária (26/04/2016 das 09h00min às 11h00min):

Para esta atividade foi convidada para expor e debater sobre o tema Sebastiana Almire de Jesus (Fórum Brasileiro de Economia Solidária).

Oficina: Metodologia de Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária (26/04/2016 das 13h00min às 17h30min):

Para esta atividade foi convidado Ioshiaqui Shimbo (Coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP da Universidade Federal de São Carlos) apresentando a metodologia desenvolvida ao longo da história na UFSCar.

Reunião da Rede Catalana de Economia Solidária (26/04/2016 das 19h00min às 21h00min):

Nesta atividade foi realizada a reunião das entidades envolvidas com a Economia Solidária no município de Catalão, tais como empreendimentos, poder público e sociedade civil para institucionalização da rede local. Esta atividade foi mediada por Maico Roris Severino (Universidade Federal de Goiás – Regional Goiânia).

Workshop: Relatos de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária (27/04/2016 das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min):

Nesta atividade foi debatido sobre o cenário da pesquisa científica e extensão desenvolvida no estado de Goiás e adjacências sobre o tema Economia Solidária, bem como, a apresentação dos mesmos.

TABELA 1.1: Programação Detalhada do I EGESOL (2016)

25/04/2016		
Horário	Local	Atividade
16h00 às 17h00	Saguão do Bloco 2	Credenciamento
17h00 às 19h00	Auditório do Bloco 2	Solenidade de Abertura
19h00 às 21h00	Auditório do Bloco 2	<p>Painel de Debates: Educação Popular e Economia Solidária</p> <p>– Pedagoga Juliana Alexandre Jancinto (Prefeitura Municipal de Araçariguama-SP)</p> <p>– Educadora Popular Sebastiana Almire de Jesus (Fórum Brasileiro de Economia Solidária)</p>
26/04/2016		
Horário	Local	Atividade
09h00 às 11h00	Auditório do Bloco 2	<p>Palestra: Fóruns e Redes de Economia Solidária</p> <p>– Educadora Popular Sebastiana Almire de Jesus (Fórum Brasileiro de Economia Solidária)</p>
13h00 às 17h30	Auditório do Bloco 2	<p>Oficina: Metodologia de Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária</p> <p>– Ioshiaqui Shimbo (Coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP da Universidade Federal de São Carlos);</p>
19h00 às 21h00	Auditório do Bloco 2	<p>Reunião da Rede Catalana de Economia Solidária</p> <p>– Maico Roris Severino (Membro da equipe da Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás – Regional Goiânia)</p>

27/04/2016		
Horário	Local	Atividade
09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00	Auditório do Bloco 2	<p>Workshop: Relatos de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária</p> <p>– Equipe da Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia</p> <p>– Equipe do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS) da Universidade Federal de Uberlândia;</p> <p>– Equipe da Incubadora de Empreendimentos Socio-solidários (INESSOL) da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão.</p>
17h00 às 17h30	Auditório do Bloco 2	<p>Plenária de Encaminhamentos e Encerramento</p>

Na edição de 2016 do EGESOL houve a participação de aproximadamente 150 pessoas entre professores, estudantes de graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, representantes do governo, representantes da sociedade civil e participantes de empreendimentos de Economia Solidária, o que possibilitou um debate profícuo.

Nos próximos capítulos são apresentados alguns dos debates realizados durante o I EGESOL, além de resultados de pesquisa e extensão realizados por integrantes das incubadoras goianas da Universidade Federal de Goiás (UFU) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).



CAPÍTULO 2

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOCIOSSOLIDÁRIOS DA UFG-CATALÃO: APORTES TEÓRICOS E BÚSSOLA METODOLÓGICA

Juliana Pereira de Araújo – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Maria Paulina de Assis – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Elis Regina da Costa – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Rita Tatiana C. Erbs – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Fabiana J. Martinez – Universidade Federal de Goiás (UFG)

1. Introdução

A constituição da Incubadora de Empreendimentos Socio-solidários - INESSOL na UFG-Catalão aconteceu na virada dos anos de 2012 e 2013, tendo como marco a aprovação de um projeto de extensão intitulado “Implementação de uma incubadora de empreendimentos econômicos sócio-solidários na UFG – Câmpus Catalão”, financiado com recursos do Programa de Extensão (PROEXT). O objetivo do projeto era justamente a constituição de uma incubadora universitária de caráter mais social que tecnológico. Neste período ocorreu a constituição e formação da equipe, além da organização da estrutura física da incubadora, a identificação dos grupos que atuam como experiências de economia solidária no município de Catalão a serem incubados, e ainda a identificação dos parceiros municipais de Economia Solidária junto aos órgãos governamentais e de iniciativa privada. Na universidade esse processo de prospecção de participantes da equipe da INESSOL aconteceu no intuito de identificar as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores do campus que se inspirassem ou se aproximassem de certa forma da Economia Solidária e para isso foi composto um banco de dados para encontrar professores potenciais para fazerem parte da equipe da incubadora, bem como, conhecer professores na qual poderiam ser realizadas atividades pontuais no processo de incubação. Na ocasião chegamos a uma equipe multidisciplinar envolvendo professores, técnicos e alunos das áreas de Engenharia de Produção, Geografia e Psicologia. Em agosto de 2013 demos início ao segundo projeto de extensão pela equipe da INESSOL, intitulado “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários no Município de Catalão” que realizou processos de incubação de quatro grupos: a Associação de

Bairro Castelo Branco e Adjacentes (com a Feira de Economia Solidária), a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Catalão (COOTRACAT), a Cooperativa de Vestuário Moda e Flor (COOPERMODA) e a Associação Camponesa dos Feirantes do Município de Catalão (ACAFEMUC).

Posteriormente, com a captação de novos recursos para a realização do processo de incubação no município, ampliou-se a equipe com alunos e professores das áreas de Educação, Biologia, Química e Engenharia Civil, bem como, iniciou-se o processo de incubação junto a Associação Catalana de Equoterapia (ASCATE).

Em 2016 iniciamos um processo de reorganização que aproximou a INESSOL da Coordenação de Extensão da Regional Catalão da UFG – CEC/RC. Esse atrelamento tem como meta o fortalecimento das ações da incubadora, sua legitimação para além de um projeto de extensão e a valorização institucional de uma base identitária inicial ancorada na ideia fundamental de que a Universidade precisa superar seu modelo colonizado e assumir-se “comprometida com novos paradigmas de formação de suas futuras elites” pois nela “não há mais lugar para sujeitos passivos e conformistas ou para simples demandantes de emprego”. (MELLO, 2009, p. 6)

A realização do I Encontro Goiano de Economia Solidária – EGESOL, em 2016, marcou esse momento de reorganização, proporcionando o tom da responsabilidade e também a dimensão do horizonte que se evidenciava. Foi a partir do evento que caminhamos um ano entre o onírico, o utópico e o possível, buscando caminhos estruturantes que respeitam princípios ideológicos e forneçam possibilidades metodológicas. Vivenciamos três categorias de ações ou investimentos: a) a revisão do que foi produzido; b) as definições elementares para continuidade e consolidação das ações da incubado-

ra; c) a continuidade das ações em andamento, a saber, a incubação de cooperativas de trabalho. Tendo em mente que estamos em uma universidade pública cada vez mais “operacional” (FREITAG, 1996), o perfil ao qual estamos atrelados, podemos expressar que foi um mergulho complexo e quase utópico. É essa reorganização o objeto deste texto, tendo-a como elemento central temos o intuito de registrar e socializar aquilo que passou a definir a INESSOL: seus aportes e suas direções metodológicas.

Estruturamos o texto de modo a problematizar a extensão universitária que é nosso espaço de formação-ação e também evidenciar os fundamentos teóricos que assumimos como componentes ideológicos pois expressam aquilo que nos amalgama de modo indivisível: a educação popular e a economia solidária. Posteriormente apresentamos dois elementos que são admitidos como norteadores metodológicos: o *Design Thinking* e a Investigação Apreciativa.

2. A extensão universitária

Há muitas extensões universitárias no Brasil. Majoritariamente, encontramos um tipo de extensão que reverbera ainda sua origem informativa, tecnicista e de transferência que remonta ao século XX quando, nas universidades populares europeias, a extensão tinha como objetivo a disseminação de conhecimentos técnicos (ROCHA, 2001; BOTOMÉ, 1996). Freire (1969), considerando esse modelo de extensão explica que no próprio termo está implícita a ideia de ações de levar, de transferir, de entregar, depositar algo em alguém e ressalta ainda uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Temos, nesse conjunto, portanto, uma abundância de atividades ou projetos

que, categorizados como extensão, se forjam num viés assistencialista-populista que reproduz e potencializa o discurso de que a universidade produz o saber e os sábios, assim sendo, as soluções. Implícita ou explicitamente esse discurso modela no imaginário social a crença de que os não universitários ou não diplomados são pessoas sem saber, sem cultura, no limite, sem educação. Assim, é replicada a cisão ideológica e objetiva que ampara uma dada dualidade social que perpetua injustiças e barreiras e por isso dificulta a ação transformadora, crítica e coletiva que redireciona a realidade social.

Há também outro tipo de extensão, semeado a partir da promulgação do Estatuto da Universidade Brasileira que indicava que no cerne da extensão estava o compromisso social, portanto pela aproximação com a sociedade e seus problemas. Essa é uma perspectiva fortalecida na década de 1960 sob influência da mobilização popular e das reformas sociais que lutavam por mudanças na realidade sócio econômica, política e cultural do Brasil (CARBONARI, 2007) que se potencializa nos anos de 1980, a reboque de mudanças relacionadas à função da própria universidade, já que esta passa a ser cobrada enquanto agente de transformação social que deveria apresentar uma maior proximidade com a sociedade nas mais diversas escalas e classes sociais. A extensão é assumida a partir de uma proposta de maior proximidade da Universidade com a comunidade pela qual atenderia demandas e atuaria em prol da diminuição das desigualdades sociais (JAZINE, 2004). A criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) em 1982 influi no sentido de modificar conceito e práticas de extensão, deixando de lado o assistencialismo e o mercantilismo, promovendo a ideia de uma comunicação e inter-relação das pesquisas e ensino das universidades com a sociedade (RODRIGUES, 2008).

Na sequência de acontecimentos ela se legitima politicamente (através do artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988), como um dos apoios do tripé que deve ser o eixo de sustentação de uma universidade: ensino, pesquisa e extensão. A atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras se destaca desde a década de 1980 no fortalecimento da extensão universitária neste desenho mais dialógico e concreto. O Fórum de certa forma alinhava a aproximação da extensão universitária com a Educação Popular quando reitera que a extensão se torna um processo educativo a partir do momento em que há troca de experiências entre a universidade e a sociedade levando perspectivas de vida e de sonhos aos que necessitam visando a transformação de sua realidade. Isso nos parece visível quando ele define que:

A extensão universitária é o processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade da elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade docentes e discentes terão um aprendizado que submetido à reflexão teórica, seria acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados / acadêmico e popular, terá como consequência a mudança de conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. (FORUM, 2001)

Recentemente, o Plano Nacional de Extensão Universitária é instrumento legal que oferece as diretrizes para os anos de 2011 a 2020. Logo no artigo 1º evidencia-se a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, “respeitada a autonomia universitária, nos termos do art. 207 da Constituição Federal do Brasil”. Uma das metas é “Garantir que, até 2020, 100% dos estudantes de universidades

públicas de nível de graduação tenham registrados em seus currículos programas e projetos de extensão”. As Estratégias para ela são: a criação de instrumentos que estimulem as universidades públicas a registrarem as atividades de extensão; a inserção de fração correspondente ao financiamento da extensão nas universidades federais mediante indicadores específicos na Matriz de Orçamento Custeio e Capital (Matriz OCC); a ampliação do conjunto de entidades e ministérios parceiros do MEC no Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e o fomento para realização de pesquisas sobre os impactos das ações de extensão realizada pelas universidades na melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

As ações pensadas e desenvolvidas pela INESSOL se coadunam com aquilo que tem sido pautado para a extensão universitária. Podemos afiançar que é nesta dimensão que enxergamos as trocas e partilhas com as quais projetamos nossas ações e experiências. Não deixamos de pensar, contudo, que ensino e pesquisa acompanham lado a lado a extensão, mas é a partir dela que pautamos nosso ritmo e olhar e isso diferencia todo o andamento. Na extensão, o ritmo, sentido e olhar são dados a partir do real-local que redireciona muitas vezes o passo academicista da pesquisa e acelerado do ensino. Na toada da extensão produzimos educação popular.

3. Aportes: Educação popular e Economia Solidária

Partimos da necessidade de construir outra visão e outra prática nas ações de extensão universitária para consolidação de nossa incubadora social, a INESSOL. Um aporte fundamental é encontrado na Educação Popular que se tornou abrigo teórico-conceitual por permitir a adoção de premissas como a horizontalidade das relações,

a equidade dos saberes eruditos e populares, a complementaridade das relações entre grupos distintos.

Um dos autores que nos orienta para o exercício de aproximação da incubação social (extensão universitária) com a Educação Popular é Gadotti (2012) para quem um dos princípios originários da educação popular deve ser a criação de uma nova epistemologia, sustentada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, buscando descobrir a teoria que se apresenta na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a também, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário.

Na mesma esteira utilizamos Porto-Gonçalves, (2005, p. 10) para refletir sobre os saberes e a territorialização dos saberes. Concordamos sobretudo com a ideia de que “o pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida”.

As opções estabelecidas no escopo da Educação Popular nos impelem a formar novos sujeitos no âmbito da universidade e fora dela. Mas quanto a formação dos sujeitos da universidade temos particular preocupação pois nosso dever de formadores nos obriga a considerar outras formas de ensinar e aprender. Daí que pelo veio da Educação Popular enveredamos em metodologia e concepções que valorizem o diálogo, a escuta sensível, a horizontalidade das relações, o uso de formas coletivas de decisão (assembléias, por exemplo), a livre expressão, o respeito aos saberes cotidianos e locais. Mesmo em nossas reuniões de estudo e planejamento estes elementos são priorizados pois não ocorrem da universidade para fora e sim em cada um de nós.

Nosso desafio e ensejo é formar profissionais que estabeleçam diálogo com a sociedade e que, portanto, saibam comunicar-se, argumentar, refletir, falar e ouvir em bases dialógicas. O que buscamos forjar e nisso estamos inclusos é possibilidades para nascimento de sujeitos de ação e pensamento que possam contribuir com o desenvolvimento e possam enxergar outras possibilidades de produção e existência como a Economia Solidária.

Sobre a Economia Solidária, é escolha política, ideológica que se atrela ao modo de concebermos o papel ou função da universidade que acompanha a visão de Chauí (2003) que a tem como “instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições, impostas pela divisão” (CHAUÍ, 2003, p. 6). Chegamos aqui ao ponto de conexão entre a universidade e a Economia Solidária, já que para nós ela é como resposta as contradições estruturadas por um dado modelo de desenvolvimento para o qual se cria um mercado de trabalho equilibrado na exploração de uma base ampla de trabalhadores formada por ex escravos, imigrantes e outros despossuídos que se esgota ao final dos anos de 1980 quando o ritmo de empregos com carteira assinada declina e ascendem as vagas de trabalho precário o que se evidencia ainda mais nos anos de 1990 (CARDOSO, 2000).

É precisamente na década de 1990 que o fenômeno da economia solidária se difunde largamente pelo país quando um número expressivo de trabalhadores passa a se organizar nos chamados empreendimentos econômicos solidários, principalmente sob a forma de cooperativas autogestionárias. Naquele contexto observa-se uma crise no papel do Estado em formular e implementar políticas

públicas, na inserção dos trabalhadores nas formas tradicionais de emprego, bem como uma ampliação dos índices de desemprego. A economia solidária surgiria como expressão da organização popular de homens e mulheres que, por meio do trabalho autogestionário, buscavam uma alternativa ao desemprego e às relações de trabalho precário (TAUILE, 2009).

O expoente do conceito é o economista Paul Israel Singer (2003), que defende que a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, gestado pelos que se encontram a margem do mercado de trabalho. Há nestes coletivos o princípio de posse e uso dos meios de produção e distribuição, com a socialização desses meios. A cooperativa de produção organizada sob os princípios de: posse coletiva dos meios de produção, gestão democrática, repartição da receita líquida entre os integrantes (cooperados), destinação do excedente anual (sobras) também entre os integrantes caracteriza a unidade da economia solidária. Em geral, a cooperativa é formada por ex empregados de uma mesma empresa ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias, que recebem apoio de outras empresas solidárias, incubadoras universitárias, sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais, dentre outros. Os princípios sobre os quais a economia solidária se apóia são a solidariedade, a democracia e a autogestão por isso ela se constitui uma forma de produção e distribuição horizontalizada, oposta deste modo a formatação vertical capitalista que é regida por princípios de exclusão, competição, individualização, hierarquização em prol do aumento das taxas de mais-valia.

Em Catalão e região existem inúmeros empreendimentos de economia solidária. Em 2016, durante a reorganização da incubadora duas cooperativas estiveram ao nosso lado, uma de coleta de

recicláveis e outra de costura cujos trabalhos iniciaram em anos passados. As metodologias ativas foram essenciais na condução das ações (ARAÚJO, ASSIS, MACHADO, CONSTANTINO, 2017) e abriram caminho para uma metodologia em elaboração mas que congrega duas escolhas: o Design Thinking (DT) e a Investigação Apreciativa. O primeiro impulsiona a pensar outras formas de trabalho coletivo, mais dinâmicas, democráticas e tópicas e o segundo nos leva a voltar a atenção primordialmente para as potencialidades e soluções existentes nos espaços e pessoas ao invés de fragilidades e barreiras.

4. Bússolas metodológicas: o Design Thinking e a Investigação Apreciativa

Design Thinking¹ poderia ser traduzido como um tipo de pensamento direcionado a um processo de designing, ou seja, como se fosse projetando, ou, ainda, pensando com foco no design de algum produto ou serviço destinado a determinado público. Tomando-se

1 O processo de *design thinking* é apresentado com um kit de ferramentas, resultado de um projeto financiado pela Fundação Bill & Melinda Gates. Essa Fundação (BMGF) associou quatro organizações — IDEO, IDE, Heifer International, e ICRW — na parceria para a criação de um método que servisse como guia de inovação e design para pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia. Como um dos desenvolvedores-chaves do processo de Design Centrado no Ser Humano, uma equipe da IDEO liderou a criação deste kit de ferramentas. ... resultado da extraordinária colaboração entre parceiros em vários continentes — e de indivíduos que foram além do dever para desenvolver protótipos e testar os métodos no campo. Através do trabalho em campo com as equipes da IDE na Etiópia, Zâmbia, Camboja, Vietnã, e nos EUA, bem como junto à Heifer International no Quênia, o processo HCD foi adaptado para o uso com participantes de contextos em desenvolvimento. A IDEO revisou e lançou a segunda edição do kit de ferramentas HCD baseando-o em outros projetos de impacto social e na inspiração de seus usuários externos. Colaboraram no desenvolvimento da versão em português do kit de ferramentas do HCD: Tennyson Pinheiro, José Colucci Jr., Isabela de Melo.

a tradução de design, temos: “a concepção de um produto, especialmente no que se refere à sua forma física e funcionalidade, por exemplo, o produto desta concepção” (HOUAIS, online). Podemos considerar, então, que design pode ser projeto, desenho, esquema, programação. Entretanto, a literatura contemporânea tem proporcionado novas maneiras de definir o design, e suas aplicações têm sido estendidas a várias áreas, para além da indústria e da arte. O conceito de design tem passado por modificações e suas aplicações a projetos sociais têm sido observadas com frequência.

Considerando que thinking pode ser um substantivo, que traduzido para o Português seria pensamento; assim o termo design thinking traduzido e adaptado poderia ser “pensamento orientado para o design”, desta forma, trata-se de uma maneira de pensar ou conduzir projetos focando no processo de elaboração e desenvolvimento de projeto semelhante ao utilizado na ciência e técnica do design, pela solução de situações-problema.

Como proposto pela IDEO², o Design Thinking tem como características:

Inovação: projetos desenvolvidos pela metodologia do DT proporcionam oportunidades para produtos, serviços inovadores, ao mesmo tempo em que atendem às necessidades e desejos dos participantes desses projetos e de suas comunidades.

Criatividade: ao lidar com problemas os designers do DT – ou seja, os próprios participantes das comunidades que tentam solucionar seus problemas por meio desta metodologia, usam sua criatividade, incentivada pelas técnicas utilizadas, como por exemplo, o brainstorm.

Empatia: colocar-se no lugar do outro, entender o problema do ponto de vista de quem está passando por ele, é essencial no DT, pois assim é que os designers iniciam a compreensão da situação inicial, de onde partem para a escolha das técnicas de desenvolvimento dos trabalhos com vistas à solução do problema.

2 (<https://www.ideo.com>).

Participação: a participação das pessoas envolvidas no problema na criação de soluções para os desafios enfrentados é de fundamental importância, para que essas se apropriem dos métodos e das ferramentas do DT e que se sintam donas do processo.

Em certa medida, o Design Thinking assemelha-se ao Design Social, que é “uma abordagem de projeto que implica tanto metodologias participativas como motivações projetuais e consequências sociais do processo de Design” (MARTINS; LIMA, 2010). Segundo as autoras, “o Design Social também promove valores como sustentabilidade e desenvolvimento sociocultural”.

O uso do termo Design Thinking foi popularizado pela IDEO, tendo sido inicialmente utilizado na área de negócios, passando a ser usado para trabalhos em comunidades carentes na África, Ásia e América Latina. Recentemente tem sido experimentado na área da educação, notadamente em educação popular, em projetos de extensão, aliados a ensino e pesquisa.

O Design Thinking pode ser considerado uma abordagem de situações-problema; um método de busca de inovação com foco nos aspectos humanos; design centrado nas pessoas, no lado humano dos produtos e serviços (PLATTNER, 2012). Sendo uma abordagem centrada no ser humano, o Design Thinking tem como características: inovação; criatividade; empatia; participação das pessoas envolvidas no problema na criação de soluções para os desafios enfrentados. Segundo Brown (2010), o Design Thinking pode ser visto sob três lentes:

- lente do desejo: procura-se ouvir o que as pessoas desejam;
- lente da praticabilidade: o que é possível sob o ponto de vista técnico e organizacional;
- lente da viabilidade: o que é viável financeiramente.

Sob o foco destas três lentes subentende-se que o desejo de determinado coletivo deve se tornar viável, desta forma, devem ser empreendidos esforços no sentido de superar os desafios apresentados, buscando formas de viabilização financeira. Daí a importância da implementação compartilhada de um novo projeto: é essencial ouvir a comunidade sobre seus desejos e desafios, para que ao criar novas soluções essas estejam de acordo com as necessidades e desejos do coletivo, que trabalham juntos na criação e na implementação, para que o novo projeto tenha legitimidade, seja aceito e implementado com sucesso.

De acordo com o manual Design Centrado no Ser Humano (IDEO), outra forma de ver o Design Thinking é por um processo iterativo com três espaços: ouvir, criar e implementar. Ao utilizar a abordagem do Design Thinking para um projeto esses três espaços podem ser trabalhados em uma sequência, ou podem ser também simultâneos, na medida em que no processo de implementação pode-se retomar o espaço do ouvir, por exemplo.

Em um trabalho em comunidade com foco nesta abordagem buscam-se soluções para os desafios colocados: não reproduzir o que já é conhecido, e sim, buscar trazer o novo; não pensar na solução antes de ouvir o problema. Não se deve levar a hipótese para a solução do problema, deve-se compreender o universo que está sendo pesquisado e ainda ouvir de forma aberta sobre como o problema pode ser enfrentado e envolver a comunidade na solução do problema. Ao buscar propostas de solução são elaborados protótipos, que podem ser, por exemplo: um produto, uma política, ou um processo. Ao apresentar a solução para a comunidade esta deve atender às suas necessidades, e protótipos são refinados quantas vezes forem necessárias por sugestões da clientela.

O Design Thinking utiliza ferramentas semelhantes a métodos convencionais de pesquisa, tais como: entrevista, observação, vídeos, e ainda, contação de histórias, brainstorming, dentre outras técnicas, dependendo da necessidade do coletivo com o qual se trabalha. Como recursos podem ser usados, além de papelaria, equipamentos para coleta e registro de dados como: celulares, câmeras, gravadores, dentre outros.

Na INESSOL essa abordagem tem sido utilizada, e por meio dela os cooperados são ouvidos, incentivados a relatar suas dificuldades, suas necessidades atuais e desejos, do ponto de vista do coletivo. A abordagem dos problemas se dá em conjunto, incentivando e apoiando os cooperados a empreenderem a busca de soluções para seus problemas. Desta forma pretende-se buscar a superação dos desafios, por meio da abordagem centrada nas pessoas: a criação e implementação das ideias para as soluções dos problemas é pautada no protagonismo dos cooperados.

Quanto à Investigação Apreciativa (IA), ela é uma metodologia de gestão proposta por David Cooperrider (2006) e seus colaboradores em meados da década de 1980 que tinha como objetivo romper com a tradicional perspectiva de gestão cuja marca é a rigidez hierárquica na resolução de problemas. Para seus propositores o importante era que todos pudessem reconhecer o seu potencial e partir dos próprios recursos materiais e subjetivos para ultrapassarem as barreiras e os obstáculos. Consideramos que desta forma ela posiciona todos os envolvidos em condições iguais de decisão e aciona o potencial humano independentemente de cargos, salários ou especializações já que adota a perspectiva da oportunidade, em contraposição à tendência de se fazer diagnósticos organizacionais numa perspectiva deficitária, que

costumava ler qualquer situação como a necessidade de “resolução de um problema”. (VALENÇA, 2007, p. 175).

Segundo Cooperrider e Whitney (2006), a Investigação Apreciativa se fundamenta em cinco princípios que reforçam a visão das organizações como um núcleo vital que reflete a sinergia entre as pessoas que a compõem e a sua interação com os aspectos macros ambientais. São eles:

- O Princípio Construcionista: com base neste princípio reivindicamos que conhecimento seja construído interligando o social, o local e o organizacional. Para aplicarmos esse princípio devemos atentar a cultura construída em uma organização, os padrões condicionados de respostas e estratégias, tornando visível o poder do discurso e das narrativas.
- O Princípio da Simultaneidade – com base neste princípio devemos considerar que investigação e a mudança não são necessariamente etapas distintas. Assim, é atentado o tempo todo para o fato de que todos somos parte da solução, que nossa participação ainda que não gere resultados imediatos já é parte do resultado. Isso faz com que o coletivo se sensibilize para a presença, participação, respeito e paciência.
- O Princípio Poético - Aqui se faz uma forte conexão com a característica vital da organização pois continuamente a história da instituição e a história de seus integrantes está sendo construída a partir de um passado, de um presente e das expectativas para o futuro. É importante percebermos que todos escrevem esta história, que é viva, presente, colaborativa, inter-relacional.

- O Princípio Antecipatório – Este princípio resgata a possibilidade humana de planejar, de projetar, de antecipar o seu futuro, pensando que ele e o presente estão conectados. Por tal percepção é preciso ter em vista que o que queremos no futuro depende em grande parte do que realizamos e do modo como antecipamos expectativa para anteciparmos ação. Com este princípio o futuro se torna agente de mobilização, mudança e transformação.
- O Princípio Positivo – Este princípio situa a nossa relação com o mundo pois age em nossa percepção de tudo, de nós mesmo e de nosso entorno. Trata-se de ajustar o foco do olhar, da análise e da perspectiva para as capacidades, possibilidades, projeções positivas advindas do lugar, do grupo e até mesmo do problema.

Para colocar em prática os princípios, Cooperrider e Whitney (2006) descrevem as fases da Investigação Apreciativa, na língua inglesa são descritos como os 4 Ds: Descoberta/ Discovery, Sonho/ Dream, Planejamento/ Design e Destino/ Destiny.

A descoberta é a fase inicial da Investigação Apreciativa a organização como um todo precisa saber quem é, quem a compõe, quais são suas características, sempre tendo como foco os aspectos positivos já vivenciados, ou observados no momento. Nesta fase o grupo ou a pessoa que está conduzindo a metodologia pode optar por uma conversa informal, ou por uma dinâmica planejada para trazer à tona as histórias, as lembranças, as situações que tecem a grande rede invisível que abraça a todos na organização.

Com a mobilização de todos, o grupo fortalecido pelo seu engajamento nos aspectos positivos que os une, pode começar a so-

nhar. Um aspecto importante que todos precisam refletir é sobre no que gostariam de se tornar, quais estratégias, produtos, ações realmente estariam interessados em investir o seu tempo e dedicação. Gostamos de pensar que nesta fase o grupo está sendo convidado a pensar no que gostaria de se tornar e qual o convite que o mundo está fazendo para a organização.

A partir dos sonhos o grupo entra na fase de planejamento para atingir os sonhos, nesta como nas demais fases é importante a participação de todos, pois fortalecer a capacidade de participar e de valorizar as estratégias criadas conjuntamente são a possibilidade de transformação da organização. Com a prática do planejamento e a aproximação de sucesso dos sonhos imaginados, o grupo terá uma experiência de realização que sustentará a continuidade da metodologia, implementando mudanças positivas e contínuas, o destino é essa própria transformação. Assim o grupo ao vivenciar as fases vai se transformando, se fortalecendo e abrindo-se para novos sonhos que levarão a outros destinos.

Em IA, a intervenção abre caminho para a investigação, imaginação e inovação. Ao invés da negação, crítica e diagnóstico redundantes, acontecem a descoberta, sonho e planejamento. A IA envolve a arte e a prática de fazer perguntas invariavelmente positivas que fortaleçam a capacidade do sistema para assimilar, prever e ressaltar o potencial positivo. Através da investigação mobilizada em massa, centenas e até milhares de pessoas podem estar envolvidas no planejamento conjunto do seu futuro coletivo. (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006, p.10)

Creemos que os grupos ao vivenciar a metodologia comecem a perceber a possibilidade de construção de parcerias e alianças, transformação da cultura corporativa, planejamento estratégico, redução do tempo de desenvolvimento do produto, melhoria da retenção de

peças e ânimo, bem como a melhoria da produtividade, qualidade e das finanças. (COOPERRIDER e WHITNEY, 2006, p. 14)

Para nós os aspectos levantados por Valença (2007) também são fundamentais para a escolha da Investigação Apreciativa como metodologia de ação e intervenção nas cooperativas e empreendimentos que participam da incubadora. Segundo o autor a Investigação Apreciativa é:

(...)positiva, portanto, prospectiva, visionária, futurista, não retrospectiva, nem deficitária; é viva e dinâmica; é aberta às novas possibilidades de expansão do escopo da pesquisa; promove conexões de relacionamento, afastando-se dos parâmetros exclusivamente técnicos e pragmáticos de uma tradição científica tradicional; A Investigação Apreciativa libera o espírito humano para a criação de um futuro; move a todos dando voz e vez, propiciando uma atmosfera de prática democrática; provoca nos protagonistas a apropriação pelo processo de mudança; tem como direção o centro da mudança positiva. (VALENÇA, 2007, pág. 183)

5. Considerações Finais

A experiência acumulada na INESSOL nos faz acreditar na existência de condições para pautar na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão e futura Universidade Federal de Catalão, uma atuação que, estreitada com a extensão, sirva como ponto de apoio e encontro para sujeitos, grupos, cursos, sonhos, demandas e realizações e que atue para a transformação da realidade e da própria universidade.

Nossas avaliações dão conta do quanto avançamos. As escolhas expostas neste capítulo delimitam fundamentos teóricos e metodológicos sem os quais não conseguiríamos projetar práxis e

portanto, não seríamos capazes de gerar um círculo virtuoso de reflexão-formação, ação-aprendizagem no qual se possa ver claramente ensino pesquisa e extensão em sua total aplicabilidade em uma universidade que se produza legítima, plural, democrática e ativa. Nem por isso desprezamos a necessidade de registrar aqui os obstáculos que nos afetam como: o engessamento da instituição universidade, a desvalorização da extensão, o desconhecimento e ilegitimidade com a qual a educação popular é vista, a ausência de uma cultura produtiva solidária, o distanciamento entre universidade e poder público local como as prefeituras e a escassez de amparo para a consolidação das incubadoras sociais universitárias.

Ao registrar e socializar os aportes e a bússola metodológica de nossa empreitada esperamos adotar nós mesmos a postura exigente que tanto defendemos e que se alimenta de responsabilidade e positividade. Importa-nos imprimir netas páginas uma espécie de contrato para que não deixemos de seguir o que vemos no horizonte ainda que este posicionamento mostre-se deveras difícil. Já não é mais opção.

Referências

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**, Petrópolis, RJ; São Carlos, SP; Caxias do Sul, RS: Vozes; EDUFSCar; EDUCS, 1996.

BROWN, T. **Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C.. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000. v. 2, p. 495-519.

CHAUÍ, M. A universidade operacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Domingo, 09 de maio de 1999. Mais! 5-3 Brasil 500 D.C.,

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, 2003, 24: 5-15.

COOPERRIDER, D. L.; WHITNEY, D. **Investigação Apreciativa: uma abordagem positiva para a gestão de mudanças**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

ARAÚJO, J. P.; ASSIS, M. P.; MACHADO, S. C., CONSNTANTINO, G. **Metodologias ativas na extensão universitária: o sujeito como centro e norteador do processo**. Blucher Education Proceedings, v. 2, n. 1, p. 245-246, 2017.

IDEO. **HCD – Human Centered Design: Kit de ferramentas**. EUA: IDEO, 2009. Disponível em: <<https://www.ideo.com/post/design-kit>>. Acesso em: jul. 2016.

MELLO, A. F.; DE ALMEIDA FILHO, N.; RIBEIRO, R. J. Por uma universidade socialmente relevante. **Atos de pesquisa em educação**, 2009, 4.3: 292-302.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus, BA: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1)

FREIRE, P. **Comunicação ou extensão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FREITAS, M. **Le naufrage de l'université**. Paris: Editions de la Découverte, 1996

GADOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária**. 2012.

MARTINS, B.; LIMA, E. C. **Design Social e Design Thinking: trajetórias convergentes**, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/273204707_Design_Social_e_Design_Thinking_trajetorias_convergentes>. Acesso: em 20 jul. 2016.

PLATTNER, H.; MEINEL, C.; LEIFER, L. (Ed.). **Design thinking research: studying co-creation in practice**. Berlin: Springer, 2012.

ROCHA, R. M.; Gurgel, A. Construção do Conceito de Extensão universitária na América Latina. In. FARIA, Doris Santos de (org). **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: Editora UNB. 2001.

SINGER, P. I.; SOUZA, A. R. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2003.

TAUILE, J. R.; PAIXÃO, M. J. P.; BRANCO, R. C. **Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

VALENÇA, A. C. **Método de investigação apreciativa da ação-na-ação: teoria e prática de consultoria reflexiva**. Recife: Bagaço, 2007. *NBR 14724*: Informação e Documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.



CAPÍTULO III

NUNCA É TARDE PARA ACREDITAR: PAUL SINGER E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO RENOVAÇÃO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Antônio Gabriel Tavares – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Tiago Camarinha Lopes – Universidade Federal de Goiás (UFG)

1. Extensão e educação

A descoberta da Economia Solidária é uma experiência riquíssima que nos leva a abrir novos caminhos e possibilidades diante da repetição dos padrões de organização da economia presa nas amarras da lógica do capital e do lucro. Da mesma maneira, a atuação em extensão universitária é uma jornada empolgante que desafia os

paradigmas tradicionais de conhecimento e nos trazem constantemente novidades de reflexão e ação.

Trazemos aqui um breve relato de nosso grupo de trabalho que vem estudando e vivenciando a Economia Solidária há dois anos. Nosso acúmulo em extensão e pesquisa em torno do tema Economia Solidária nos permitiu concluir que a prática extensionista é uma condição essencial para que as pesquisas públicas possam se orientar a partir da demanda do mundo real. Nesse capítulo, gostaríamos de compartilhar um aspecto crucial do maior expoente em Economia Solidária no Brasil: o de que, mesmo após uma jornada longa de acúmulos teóricos e práticos, é perfeitamente possível buscar novas soluções para situações que parecem à primeira vista serem casos de fracasso. Paul Singer percebeu que o fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) não significava o fim do processo de transformação em direção à sociedade socialista e, mesmo que esse modelo de transição tenha marcado sua geração, não se sentiu constrangido de repensar toda a questão da revolução social.

Essa constatação é uma das inúmeras descobertas que fizemos no âmbito de nossos projetos de extensão e pesquisa e ela reforça a ideia de que o vigor criativo não é uma exclusividade da juventude, mas sim que o próprio espírito jovem de engajamento na construção de um futuro melhor pode e deve ser cultivado por toda a vida. Inicialmente, apresentamos um breve relato de formação de nosso grupo e como adotamos a linha teórica de Paul Singer para esmiuçar a vivência e a observância sobre a Economia Solidária.

Em 2014, por intermédio do discente do curso de Ciências Econômicas da UFG, Fabiano Rodex, foi desenvolvido um grupo de estudos no qual teve a participação do professor Tiago Camarinha e

demais estudantes. A partir da preocupação de adotar perspectivas plurais e inovadoras na discussão sobre economia, o grupo passou a estudar e dialogar sobre Economia Solidária. Um assunto até então, desconhecido pela grande maioria dos presentes, salve o professor e os discentes Fabiano Rodex e Marcos Antônio, que já haviam tido contato e experiência com o tema. Os encontros foram sendo realizados e neles eram apresentados a discussão a respeito do que vinha a ser Economia Solidária, tendo como bibliografia o livro “Introdução à Economia Solidária” de Paul Singer. Uma descoberta. Um assunto intrigante, que se apresenta logo de início, como algo distinto e alternativo ao sistema econômico em que você está inserido. E mais, com termos que de cara chamam a atenção: autogestão, repartição dos ganhos, solidariedade. Tudo o que as pessoas desejam, mas que nem todas fazem ou não acreditam, por ser uma ideia distante (qual a natureza do ser humano?) ou porque esses princípios vão contra os interesses econômicos de determinado grupo, determinada classe social.

A partir do grupo de estudo, foi então aberto um projeto de extensão na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2015, intitulado “Economia Solidária e Educação para Além do Mercado”. Isso permitiu uma maior aproximação entre a universidade e a comunidade externa, tanto por meio de uma cooperativa cujo facilitador é um dos estudantes participantes do projeto, quanto pela própria Incubadora Social da Universidade. Travamos contato com as experiências de empreendimentos solidários, e nos aventuramos a compreender a forma deles se organizarem através da Economia Solidária e as dificuldades enfrentadas. Percebeu-se aí, que esse tipo de organização social de produção vai muito além que as relações

de mercado. É um modo de produção, mas que carrega consigo uma preocupação social. A compreensão das diferenças existentes entre os indivíduos é constante. Por isso da necessidade da cooperação, porque todos os envolvidos desempenham tarefas de acordo com suas capacidades, há o dispêndio da força de trabalho (energia gasta), de acordo com suas limitações para a produção comum da cooperativa, que depois, de forma democrática, deve ser distribuída.

Após o término do projeto de extensão, que envolveu também a Incubadora Social da UFG como fonte de informação e espaço de diálogo entre estudantes, membros da incubadora e cooperados, foi aberto o projeto de iniciação científica, intitulado “Releituras entre os socialismos científico e utópico a partir da economia solidária”. O projeto busca fazer uma reflexão sobre as relações entre o socialismo Marxista e a múltipla dimensão do movimento trabalhador que almeja construir uma outra sociedade. Seu ponto de partida decorre da orientação de Paul Singer, que explica a origem das primeiras experiências de Economia Solidária no século XIX com os socialistas utópicos para reinterpretar o sentido da Revolução e a busca incessante por uma alternativa possível ao sistema capitalista, construída a partir da Economia Solidária.

No contexto deste projeto de pesquisa, destacamos esse fator surpreendente no pensamento de Paul Singer: como se defender uma nova alternativa para a economia e a sociedade por meio da Economia Solidária já não fosse o bastante, desafiando todo o arsenal midiático do pós 1989 favorável ao capitalismo, às grandes empresas e a lógica imperialista que impede a solidariedade internacional, Paul Singer o faz quando já possui uma trajetória de militância política e intelectual de quase meio século. Do alto de seus por volta de 60

anos, ele se lança de corpo e alma na tentativa de reinterpretar a Revolução Socialista para que seja possível extrair as melhores lições do processo social do século 20. E é isso que o leva à Economia Solidária, abrindo mais uma etapa histórica de seu pensamento que consegue ir dos anos 1990 diretamente para o século 21 e registrar impressionante flexibilidade para acompanhar as questões fundamentais para o socialismo no mundo e no Brasil.

2. A juventude: do movimento operário brasileiro ao neoliberalismo nos anos 1990

Paul Singer nasceu em 1932 na Áustria e sua família migrou para o Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial nos anos 1940. Nos anos 1950 trabalhou como metalúrgico e militou no movimento sindical de São Paulo. Formou-se em economia e tornou-se professor na USP nos anos 1960. Dedicou-se desde então a estudar o desenvolvimento urbano e a difundir a análise crítica sobre o capitalismo. Nos anos 1980 ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) e a orientar cientificamente o movimento em torno desse Partido. A partir dos anos 1990, com por volta de 60 anos, Paul Singer lidera iniciativas e projetos de apoio a cooperativas populares de trabalhadores que emergem devido à crise econômica neoliberal que acomete o Brasil. Nesse contexto conceitua a Economia Solidária, um novo estilo de economia que pode contribuir para a transição ao socialismo (MANTEGA; REGO, 1999).

De acordo com Costa-Filho (2001 é possível agrupar o pensamento econômico de Singer em três blocos: o primeiro está relacionado à formação fortemente influenciada pela raiz ortodoxa do

Marxismo, onde o capitalismo tem uma dimensão muito específica e que impede o livre desenvolvimento dos países subalternos ao imperialismo. O segundo bloco contempla o acompanhamento de Singer sobre o socialismo real e suas críticas a esse modelo de transição para uma sociedade e economia não-capitalistas. O terceiro bloco agrupa, finalmente, todas as ideias e esforços para uma superação positiva dos impasses que ele acreditava existir no modelo de transição adotado pela URSS e que desembocam em seu conceito de Economia Solidária.

A teoria de Marx enuncia que as formas de organização da economia se alteram conforme avança a luta de classes e as forças produtivas, quer dizer, com o acúmulo de tecnologia, as relações sociais de poder entre os grupos que formam a sociedade são modificadas para que as contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção sejam resolvidas. Desse modo, a humanidade vai passando de um modo de produção para outro, de tal maneira que no fim ela chegaria de volta ao estágio do comunismo, só que não mais primitivo: um modo de produção em que todos os membros da sociedade teriam consciência de suas tarefas coletivas que exigiriam de cada indivíduo suas potencialidades específicas. Essa linearidade de evolução histórica da sociedade humana reproduziu-se com muita força no Marxismo oficial que foi divulgado por todo o mundo pela URSS. Havia nesse esquema ainda um resquício forte de eurocentrismo e evolucionismo linear, incompatíveis com a nova filosofia de Marx, que já havia rompido com toda noção de etapismo unilateral. De toda maneira, difundiu-se a ideia de que haveria apenas um percurso possível para o triunfo da Revolução Comunista: ela deveria começar pelo desenvolvimento do mercado e do capitalismo,

passando por um processo de Revolução Política de conquista do poder pelo partido organizado de determinada maneira para enfim dar início à construção da nova ordem social pela progressiva substituição do mercado pela planificação central.

Esse padrão, que em parte condiz com os escritos de Marx, foi replicado à risca no desenvolvimento da Revolução Russa. Paul Singer, junto com vários outros observadores, percebeu que diversos desafios causavam grandes dificuldades para o avanço da revolução dos trabalhadores, e cedo notou a necessidade de não ser tão ortodoxo com a questão da planificação. Apesar de o capitalismo ser o sistema a ser derrubado, a entidade mercado possui algumas características dinâmicas que auxiliam no processo de descentralização tanto do poder político quanto econômico. Singer destaca esse ponto para relativizar a urgência de uma planificação excessivamente centralizada que gera de novo uma estrutura hierárquica de organização da sociedade. O papel do mercado na coordenação das economias individuais não pode ser desprezado e daí vem seu afastamento em relação às propostas extremistas de planificação centralizada.

Isso não quer dizer, no entanto, que Paul Singer seja adepto do liberalismo ou das forças naturais do mercado. Na verdade, Paul Singer nunca deixa de ressaltar a superioridade do planejamento em relação às forças cegas do mercado. Contudo, esse planejamento não é nada parecido com uma estrutura rígida de ordens, mas sim um processo de decisão conjunta e consciente sobre a alocação dos recursos. Por isso, para ele, o mercado deve agir dentro dessa estrutura mais ampla de planejamento, para que os movimentos espontâneos e imediatos do capital não levem a sociedade para situações calamitosas do ponto de vista humano. As guerras mundiais e os múltiplos

focos de pobreza, em todas as suas variações (material, cultural, etc.) são exemplos de como é importante submeter as forças do mercado a um planejamento econômico que só pode vir do âmbito político.

Em resumo, na juventude, Singer avalia que o capitalismo é um sistema econômico incapaz de oferecer futuro digno para a humanidade, embora ele possua forças poderosas de transformação que foram muito positivas na criação de um mundo diferente do que existia anteriormente. A igualdade entre todas as pessoas, a fraternidade entre todos os povos e a liberdade de perseguir os próprios sonhos são todos frutos da grande Revolução Francesa, símbolo maior da construção da sociedade moderna burguesa. Assim, ele entende, da mesma maneira que Karl Marx, que o capitalismo é um sistema contraditório, e que o processo de sua superação não é uma trivialidade, demandando muito estudo e acúmulo prático-político com vistas ao sucesso daquela que sucedeu a Revolução Burguesa como a locomotiva da história: a Revolução Socialista.

3. A juventude, segunda parte: do fim da URSS à Economia Solidária e ao século 21

Com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da URSS, o movimento socialista mundial foi obrigado a fazer um levantamento da experiência iniciada sob a liderança de Lênin. No Brasil, esta reflexão também ocorreu. No final dos anos 1990 Paul Singer foi convidado para participar de um seminário com o propósito de discutir a economia socialista. Esse encontro fazia parte de uma série de plenárias onde a ideia era repensar as possibilidades e os significados de uma transição para a sociedade socialista no Brasil e no mundo. O

momento era de reflexão não só sobre o desfecho do modelo soviético, mas também sobre o neoliberalismo ao qual a economia brasileira estava submetida após o fim do regime militar. Nessa ocasião, Paul Singer trouxe para o debate com a militância, composta de dirigentes sindicais, movimentos populares, estudantes e intelectuais, uma avaliação crítica e propositiva sobre o socialismo. Suas ideias sobre o assunto já haviam sido sistematizadas no livro *Uma utopia militante*, publicado em 1998.

No que consistiu a intervenção de Paul Singer nesse seminário? Por um lado ele externou sua descrença no modelo soviético de planejamento centralizado, por outro ele apresentou uma nova maneira de conceituar a transição do capitalismo para o socialismo. Tal ocasião marcou um momento importante na trajetória intelectual de Paul Singer, como ele mesmo expressou em diversas entrevistas: a partir dali o tema da Economia Solidária ganharia cada vez mais espaço em seu pensamento. Para alguém que já havia tratado de temas como história econômica, urbanização, trabalho, economia política e educação ao longo de mais 60 anos, repensar o socialismo poderia parecer um desafio impossível. Mas essa não é a situação para quem sabe que nunca é tarde para acreditar (SINGER; MACHADO, 2000).

Paul Singer, torna-se o maior expoente nacional sobre a Economia Solidária e defensor da mesma, como uma alternativa socialista ao modo de produção capitalista. Como um sistema econômico, que garante a reprodução material da sociedade, a Economia Solidária é caracterizada por uma relação social de produção distinta do sistema atual, apresentando-se como uma instituição anticapitalista e uma “possível” evolução das forças produtivas, condicionando assim, uma revolução social.

Os princípios que norteiam a Economia Solidária e que a distingue em suas relações sociais de produção, são a igualdade e a autogestão. O primeiro, pela igualdade de direitos e a coletivização dos meios de produção (instrumentos de trabalho e o objeto de trabalho - o espaço em que as atividades são desenvolvidas) entre os cooperados. E o segundo, caracteriza-se pela participação democrática de todos os trabalhadores nas deliberações que são tomadas, onde a responsabilidade destas é compartilhada. Os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos cooperados, em que cada membro representa um voto.

Diferentemente da empresa capitalista, que é estruturada por uma organização marcada pela heterogestão, onde há uma hierarquia definida que segmenta os trabalhos intelectual e braçal, a Economia Solidária é desprovida deste tipo de hierarquia no processo de decisão e as atividades de gerência e execução podem ser divididas entre os cooperados, sendo possível uma rotatividade nos postos de atuação e necessidade de comunicação com e entre todos. Pelo que já foi exposto, percebe-se que em empreendimentos solidários não há a existência da figura do chefe, patrão (o dono do meio de produção) e não se faz uso do termo “salário”, remuneração da força de trabalho despendida no processo produtivo. Porque nesse tipo de organização, a remuneração mensal dos cooperados depende do quantitativo das entradas (dos ganhos provenientes das receitas menos os custos) e das horas trabalhadas. Portanto, o termo utilizado e que se refere à remuneração é “retirada”. E a definição do que será levado em conta para estabelecer o valor da “retirada”, é levado para ser discutido e deliberado em assembleia dos cooperados. Nesse caso, dependerá da forma com que cada empreendimento solidário irá adotar. Em alguns casos, será adotado o critério de horas trabalhadas por cada

cooperado no mês. Em outros, dá-se pela divisão das entradas pelo número de cooperados que a cooperativa possui, tendo aí, uma equidade das “retiradas”. No que tange à inexistência do chefe, a principal importância desse fato reside na busca pelo rompimento das amarras da alienação do trabalho, que é típica do sistema capitalista. O trabalhador tem de se emancipar, ter conhecimento do processo produtivo em que está inserido e reconhecer o valor essencial do seu trabalho, sendo este, uma forma de aprendizagem.

Os empreendimentos solidários se dão sob a forma de cooperativas, onde diversas atividades produtivas são realizadas, seja no campo ou na cidade. Por meio da agricultura familiar, com materiais recicláveis, marcenarias, costuras e bordados e demais atividades. A Economia Solidária desempenha um papel fulcral em nossa sociedade, por ser responsável pela reinserção da população desassistida (minorias sociais) ao mercado de trabalho e acesso à renda. Mesmo que garantindo o mínimo para a sobrevivência dos cooperados. Seja na inclusão de catadores de lixo (nas ruas e nos lixões) nas cooperativas de material reciclável, de mulheres residentes na favela (desempregadas) em cooperativas de costura, marcenaria, a união de pequenos agricultores na produção de alimentos orgânicos não voltados exclusivamente para o mercado capitalista, mas para a sustentação saudável da população e do meio ambiente (agroecologia). São fatos que trazem consigo perspectivas de mudança: há meios de se organizar para se viver melhor.

O segundo tempo da juventude de pensamento de Paul Singer mostra que a esperança e a utopia não envelhecem junto com o corpo. Elas permanecem vivas quando se sabe que o futuro, embora distante do ponto de vista individual, está a apenas um passo da ação coletiva organizada.

4. Os desafios da Economia Solidária

Apesar de toda essa apresentação acerca do que vem a ser Economia Solidária, uma espécie de “fonte que nunca seca” devido à constante renovação consciente do processo econômico, um modo de produção alternativo que Paul Singer busca elucidar para os indignados (e não, resignados), são muitas as dificuldades e desafios a serem conquistados. A vitória da Economia Solidária sobre o modo de produção capitalista é tão complexa e desafiadora quanto a vitória do trabalho sobre o capital, ainda mais porque a Economia Solidária não parte de um ataque externo visando derrubar o sistema vigente, mas busca crescer dentro dele a partir de múltiplos pontos, para que se consiga uma metamorfose de dentro para fora.

Por estar inserido no sistema econômico vigente, o empreendimento solidário tem de atuar no mercado, garantir certo nível de produção e comercializá-lo para a obtenção de renda, a ser destinada para os cooperados (retiradas) e para a atividade produtiva (fatores de produção). Dependendo da atividade, a concorrência enfrentada no mercado pode influir na demanda e nos preços, ocasionando em um decréscimo nas entradas, e conseqüentemente, diminuição nas retiradas. O que pode resultar na falência ou no agravamento das vulnerabilidades sociais (fome, evasão escolar, sem moradia etc.). Outra dificuldade enfrentada nos empreendimentos é a manifestação do comportamento individualista e competitivo dos cooperados, o que pode prejudicar nas relações sociais e na incompreensão de alguns, acerca dos princípios da economia solidária e das dificuldades que possam a vir enfrentar. E também, o não acesso à educação, a baixa escolaridade dos trabalhadores, fazendo com que alguns destes não participem (por falta de interesse ou por julgarem não ter capacida-

de) das discussões e das assembleias deliberativas nas cooperativas, tornando-se um empecilho para a autogestão.

Os desafios são grandes para a Economia Solidária. Tem ocorrido uma expansão no número de empreendimentos solidários pelo Brasil, através da adesão de mais trabalhadores, programa de acesso ao crédito para as cooperativas desenvolverem suas atividades (ferramentas de trabalho, estrutura do espaço), políticas públicas voltadas para a população desassistida (educacional, profissionalizante e moradia) e a atuação do Estado e das instituições de ensino, públicas e privadas. Devemos dar destaque para as Incubadoras Sociais, projetos que foram criados em algumas universidades e que acompanham de perto e dão apoio aos empreendimentos solidários, com questões técnicas e jurídicas, recenseamentos e discussões sobre Economia Solidária e seus princípios. Mas as instituições de ensino têm um potencial muito maior de contribuição com as causas sociais. Seja no desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa, na alfabetização dos cooperados e de seus filhos (Paulo Freire já desenvolveu com grupos de professores, programa de alfabetização da população do campo, na década de 60 - que foi interrompido com o regime civil-militar) e realização de feiras de troca. A grande contribuição da universidade para as cooperativas e Economia Solidária não é meramente técnica, mas sim de cunho educacional, pedagógico: a prática do descobrir coletivamente sem medo de qualquer autoridade alheia aos reais interesses dos oprimidos. Em nosso Grupo de Trabalho, temos nos engajado com afinco para nos colocar à altura do desafio de educar para além do mercado.

Temos segurança em dizer que Paul Singer também via na educação não-dogmática e não-opressora um eixo importante para

o avanço da Economia Solidária. Nesse sentido, o desenvolvimento da Economia Solidária e uma possível transformação das relações sociais de produção a partir da evolução dos empreendimentos solidários não poderia ser completa sem a construção de relações sociais de novo tipo. Sendo uma forma alternativa que busca não só a reprodução material, mas também, a melhoria da qualidade de vida e o bom convívio entre as mais variadas pessoas, na construção de um “novo mundo moral”, a Economia Solidária demanda também um outro tipo de educação. Uma educação condizente com o século 21 onde o auto-interesse cego avesso ao cuidado coletivo possa finalmente ser substituído pela consciência da dependência recíproca entre todos os membros da sociedade de pessoas livres.

O exemplo da trajetória de Paul Singer, que renovou constantemente suas reflexões a partir da realidade concreta mutante que se apresentava em seu tempo, é mais uma lição que podemos tirar de nossos estudos sobre a Economia Solidária. O movimento de transformação da sociedade em direção ao que se chamou uma vez socialismo é uma realidade e nenhuma teoria, por mais oficial e reconhecida que seja, pode se dar ao luxo de não se reinventar. A audaciosa releitura de Paul Singer sobre o socialismo utópico em relação ao socialismo Marxista nos mostra que não devemos temer mudar de ideia, por mais que ela nos pareça ser algo correto e com ampla tradição. A mudança do caminho não significa, afinal, mudança de destino.

Referências

- COSTA-FILHO, A. Pensamento econômico no Brasil contemporâneo II: Paul Israel Singer. **Estudos Avançados**. v. 15, n. 43, São Paulo, 2001.
- MANTEGA, G; REGO, J. M. (Org.). **Conversas com economistas brasileiros II**, vol. II. Editora 34, 1999.
- SINGER, P. I. **Uma utopia militante**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. I. Economia Solidária (entrevista a Paulo de Salles Oliveira). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, 2008.
- SINGER, Paul I.; MACHADO, J. **Economia Socialista**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo. 2000.



CAPÍTULO IV

ESPAÇO E CULTURA: OS DESAFIOS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UM PONTO DE CULTURA EM UMA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Aquiles da Silva Lemos – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Maico Roris Severino – Universidade Federal de Goiás (UFG)

1. Introdução

A dinâmica do espaço urbano é intensamente modificada pelos diferentes usos e interesses dependendo das relações e da circulação de capital. Este cenário conflituoso e excludente proporciona diversos fenômenos socioeconômico-culturais, como exemplo, a feira popular. É a partir da dificuldade do mercado formal de trabalho que

moradores dos bairros se organizam para montar feiras, buscando o fortalecimento conjunto e assim conseguir manter-se em meio à desigualdade do espaço urbano.

Dentre os diversos tipos de feira, existe a feira de economia solidária que, aparece como mecanismo para a organização desses trabalhadores frente à incapacidade da economia capitalista de absorver essas pessoas no mercado formal de trabalho. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2015) entende-se por economia solidária, como um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores(as) sob a forma coletiva e autogestionária. Assim, a feira de economia solidária permite acesso aos produtos produzidos por esses trabalhadores por um preço justo, além de proporcionar outras atividades como o lazer.

Percebe-se ainda neste cenário da feira que as relações estabelecidas não são unicamente econômicas, mas extrapolam para relações afetivas tornando-se um espaço de vivência, de cultura, um espaço dotado de valores, significações e representações. As pessoas que frequentam este lugar não estão simplesmente em busca de comprar ou vender algo, mas muitos têm o objetivo da socialização, do convívio com a comunidade, e do lazer.

A partir deste cenário, verifica-se a potencialidade das feiras de economia solidária tornarem-se espaços oportunos de manifestação cultural, tal como, os pontos de cultura. Assim, poderia ser um ponto para dar acesso à cultura, voltado para apresentar a comunidade à diversidade cultural, assim como, acesso a informação, bens e serviços, no qual estes, muitas vezes estão centralizados na cidade.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo analisar os desafios no processo de criação de um ponto de cultura em uma feira de economia solidária, e o papel da Geografia na discussão da cultura e espaço urbano nesse contexto.

Destaca-se a importância deste estudo visto que nesta pesquisa não foram encontrados relatos que abordem este tema (ponto de cultura em uma feira de economia solidária).

Para melhor compreensão deste trabalho, ele está organizado do seguinte modo: na seção 2 é apresentada uma breve revisão de literatura sobre os temas geografia cultural, feiras populares, feiras de economia solidária e pontos de cultura; na seção 3 é apresentado o procedimento metodológico utilizado na pesquisa; na seção 4 é apresentada uma descrição do caso analisado, bem como, a descrição da proposição deste estudo e análise da mesma; por fim, na seção 5, são apresentadas as considerações finais.

2. Revisão de Literatura

A intenção de explicar o fenômeno da cultura já vem desde a antiguidade com os filósofos gregos, discutindo o comportamento humano nas diferentes sociedades. Mas foi com Ratzel em 1880 que o termo Geografia cultural foi aplicado pela primeira vez, na tentativa de explicar pelo Determinismo Geográfico que é a natureza responsável por impor aos povos sua maneira de viver (CLAVAL, 1995).

No entanto, o determinismo não conseguiu preencher algumas lacunas que foram aparecendo no decorrer do tempo, principalmente a partir do avanço da tecnologia, dos meios de comunicação e transporte. A facilidade com que as informações, as mercadorias, as

imagens chegam e se misturam no mundo todo poderia ameaçar a cultura com a homogeneidade, no entanto, ela permanece, transforma-se ou reaparece mostrando seu dinamismo.

Claval (1995, p.14) afirma:

A cultura é constituída de realidades e signos que foram inventados para descrevê-la, domina-la e verbaliza-la. Carrega-se, assim, de uma dimensão simbólica. Ao serem repetidos em público, certos gestos assumem novas significações. Transformam-se em rituais e criam, para que aqueles que os praticam ou que os assistem, um sentido de comunidade compartilhada. Na medida em que as lembranças das ações coletivas se fundem aos caprichos da topografia, as arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória de todos, espaço torna-se território.

Neste sentido de transformação de espaço em território por influência cultural, no contexto urbano temos como exemplo, a feira popular. A feira livre ou feira popular no Brasil têm suas origens no período colonial, oriundas da Europa e assim reproduzidas também no Brasil. Sendo uma modalidade de comércio varejista, a feira assumiu um grande papel no abastecimento de alimentos e outros produtos para uso doméstico.

Segundo Brügger (2013, p.02):

A feira livre é uma reunião de comerciantes que expõem em estruturas versáteis suas mercadorias, utilizando como via de acesso a via pública. O feirante não é proprietário da fração do espaço que utiliza, ao contrário do comerciante tradicional que em geral tem a posse ou aluga o espaço fixo para seu trabalho.

Desta forma o espaço urbano passa ser o seu local de trabalho do feirante, não tendo um espaço fixo. Ainda sobre feira Bernadino (2015, p. 118):

As feiras são manifestações da vida humana sobre os espaços públicos apreendidos pelos trabalhadores e nos permitem compreender as mobilidades da força de trabalho

e do consumo e as interações entre as mudanças espaciais e mudanças sociais.

Dentre os vários tipos de feiras populares, existe a feira de economia solidária. As feiras de economia solidária não são apenas um espaço para comercialização, mas se constitui de trocas solidárias como, apresentações culturais, informações e prestação de serviços. Possui toda uma estrutura organizacional, com uma equipe de trabalho que dialoga e constrói coletivamente o evento buscando sempre a sustentabilidade como qualquer outro empreendimento. Severino (2013, p.145) afirma:

Com o objetivo de serem sustentáveis, alguns empreendimentos de economia solidária (EESs), do mesmo modo que as empresas de economia capitalista, adotam ferramentas de gestão relacionadas às melhorias nos processos de trabalho e na organização do trabalho.

A economia solidária se difere da economia capitalista nos sentidos da cooperação e solidariedade, objetivando a inclusão social. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2015) afirma que

A economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça.

No contexto da feira, proporciona a inclusão dos feirantes ao trabalho, assim como, oferece aos frequentadores produtos e serviços de qualidade a um preço justo e acessível. Assim, a feira de economia solidária não é apenas um evento econômico, mas que promove a melhoria e a qualidade de vida, bem como, por meio de seus espaços a valorização e incentivo a cultura.

Sobre feira de economia solidaria Amorin (2011, p.17) escreve:

As feiras de economia solidária são importantes também como espaços de articulação de diferentes setores, valorizando as comunidades tradicionais, as relações de gênero, raça e etnia, agricultura camponesa, articulação de redes e cadeias. Onde os parceiros juntam as suas forças na construção coletiva de fortalecimento de laços de solidariedade e compromisso com a preservação e valorização das tradições culturais locais que são manifestadas de diferentes formas, nas apresentações culturais que recheiam estes espaços.

É nesse espaço rico em cultura que se pretende implantar o Ponto de Cultura. Ponto de cultura é um conceito de política pública, adotado pelo Governo Federal no Projeto Cultura Viva, objetivando a valorização da cultura brasileira. Segundo TURINO (2010) “são organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer parceria com o Estado”. É um espaço do povo para o povo, onde o mesmo tenha voz, no sentido cultural, seu objetivo não é suprir uma carência de bens e serviços, ainda que possa fazê-lo, mas sim na divulgação da cultura.

Geralmente os pontos de cultura surgem onde já existe algum tipo de movimento social, como grupo de dança ou teatro, lutas para o reconhecimento de quilombos ou indígenas, uma feira popular, entre outras manifestações. Cada ponto com sua dinâmica e particularidade, protagonizando e valorizando a identidade do povo. Ainda sobre ponto de cultura Silva e Araújo (2010, p.40) afirma que:

É a ação prioritária do programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. Para se tornar um ponto de cultura, é preciso que uma iniciativa da sociedade civil seja selecionada pelo MinC por meio de edital público. A partir daí, um convênio é estabelecido para repasse de recursos, e o ponto de cultura se torna responsável por articular e impulsionar ações já existentes em suas comunidades. O ponto de cultura não tem um modelo único de instalações físicas, de

programação ou de atividades. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre o poder público e a comunidade.

Ao considerar que um dos objetivos de uma feira de economia solidária é ser um espaço de cultura, e os pontos de cultura de dar acesso à cultura, verifica-se que a iniciativa de promover um ponto de cultura em uma feira de economia solidária é no mínimo inovadora, visto que, além de valorizar a feira e incentivar a cultura, consolida políticas que envolvem ativamente a comunidade e que nunca antes foram contemplados com recursos públicos direcionados a cultura.

3. Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, adotou-se o método teórico-conceitual e o estudo de caso. Quanto a parte teórica, para o desenvolvimento deste trabalho aplicou-se a pesquisa bibliográfica sobre Geografia e Cultura, economia solidária, feira popular e ponto de cultura. As pesquisas bibliográficas foram realizadas nos periódicos da CAPES, bem como, em anais de eventos científicos relacionados com o tema discutido. De modo complementar foi realizada uma pesquisa documental a partir dos sites de instituições como o Ministério da cultura sobre ponto de cultura.

Ainda se tratando da metodologia, também foi realizada a observação em campo para maior compreensão da feira, por meio de um estudo de caso. Segundo Yin (1994) o estudo de caso é recomendado quando se deseja investigar um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, permitindo examinar, categorizar, recombinar as evidências tendo em vista proposições iniciais do estudo. Dentre as estratégias desta metodologia, para este estudo, foi utiliza-

da a de adequação ao padrão, pois assim se compara um padrão fundamentalmente empírico com outro de base prognóstica (teórica). O objetivo desta metodologia é de não ser uma descrição, mas uma abordagem descritiva para ajudar a identificar as relações causais apropriadas – mesmo qualitativamente – para possíveis generalizações. Para a realização da análise das evidências deste estudo de caso foi realizada a coleta de dados por meio de entrevistas com os feirantes e com as pessoas que vão a feira como clientes, bem como, com os organizadores. Também foram realizadas observações diretas para melhor compreensão do caso, e assim alcançar maior representação e veracidade da realidade.

A partir de todas as informações levantadas, juntamente com os organizadores da feira, elaborou-se a proposta do ponto de cultura, e foi analisado por meio de reuniões entre os pesquisadores e a liderança os desafios para implantação do mesmo.

4. Resultados

4.1. Descrição do caso estudado

Este estudo foi realizado observando a realidade da Feira Por do Sol de Economia Solidária. Esta feira acontece no Bairro Castelo Branco na periferia da cidade de Catalão-GO e foi uma iniciativa da Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco e Adjacentes (Associação ABC). Esta feira teve suas atividades iniciadas em fevereiro de 2013, e surgiu a partir da participação da direção da Associação ABC em um curso de capacitação em economia solidária, promovido por uma instituição privada local por meio de seu departamento de relacionamento com a comunidade.

A feira ocorre todas as quintas-feiras a partir das 17h00min. Atualmente participam da feira cerca de 50 feirantes, que oferecem para a comunidade produtos como artesanato, vestuário, importados, frutas e verduras, alimentos para consumo na feira (praça de alimentação), além de oferecer atividades lúdicas para as crianças (praça infantil com brinquedos), uma tenda de oportunidades (onde é disponibilizado um espaço para oferta e demanda de oportunidades de trabalho), uma tenda da Associação ABC, e outros.

Destaca-se que a feira resulta a partir da necessidade de auxiliar os feirantes do bairro na geração de trabalho e renda, tendo em vista que os mesmo possuíam dificuldades no sentido da exclusão socioeconômica para o acesso ao trabalho, bem como, de se organizarem em suas relações de troca e venda de produtos. Assim, a feira visa promover o desenvolvimento econômico e sociocultural dos moradores do bairro e proximidades.

No que se refere às transações comerciais, venda e compra de mercadorias, a feira é um sucesso, está consolidada e possui boa fama entre os moradores do bairro e adjacentes. No entanto, a partir da vivência na feira, percebe-se uma carência de um espaço voltado para a voz do povo, um lugar legítimo para suas manifestações culturais por parte das pessoas que frequentam o lugar. Sendo assim verifica-se a necessidade de implantar um ponto de cultura, onde os moradores poderiam expor seus trabalhos artísticos, músicas entre outras coisas, ou seja, um lugar que as pessoas poderiam expor seus anseios.

Como já citado, a feira de economia solidária não visa apenas o comércio de produtos, porém, busca a melhoria na qualidade de vida dos moradores bairros, frequentadores da feira e feirantes. Esse

modelo de feira vem crescendo por todo Brasil pela sua eficácia no suporte e desenvolvimento para famílias que participam, pois visa a cooperação, a socialização e o resgate da cultura popular. Para tanto, o ponto de cultura se faz necessário para suprir a carência de um espaço para as manifestações culturais, promovendo a arte, a música entre outras modalidades de cultura local.

Tendo em vista que o bairro Castelo Branco é situado na periferia da cidade de Catalão, surge a questão da segregação, no que se refere o acesso aos bens culturais por parte dos moradores do bairro, como os teatros, cinema e outros. A localização dos teatros da cidade, a secretaria de cultura e o cinema, estão distantes, sendo que em sua maior parte são centralizados. Neste sentido, afirma CORRÊA (1989, p.29) “na sociedade de classes verificam-se as diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente”.

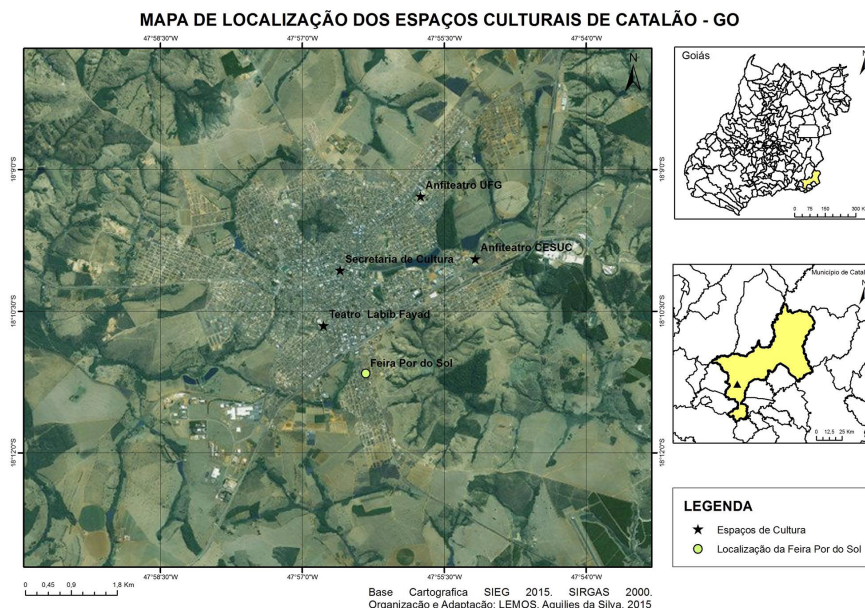
Outro agravante é a rodovia BR 050, que separa o bairro da cidade, onde para ter acesso ao centro urbano é preciso cruzar a rodovia. Ressalta-se assim, a importância da criação do ponto de cultura na feira de economia solidária como forma de proporcionar acessibilidade à cultura para esses moradores que estão de certa forma, isolados dos espaços culturais, bem como, promover a descentralização dos mesmos.

O centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência. É o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispensor ao mesmo tempo (SPOSITO, 1991, p. 6).

Neste caso, os espaços que proporcionam acesso à cultura na cidade, muito raramente são usufruídos pelos moradores do bairro Castelo Branco, pelo fato da distância entre o bairro e estes espaços e ainda por não ter nenhuma identidade ou ligação com os mesmos, no entanto, sua participação se faz ativa na feira de economia solidária Por do Sol. Assim, ressalta-se novamente a importância da implantação do Ponto de Cultura neste espaço, onde o sentimento de pertencimento/identidade a este espaço será valorizado.

Na Figura 1 é representada a localização do bairro Castelo Branco e o espaço onde é realizada a feira Por do Sol (local onde se pretende criar o Ponto de Cultura), assim como, a BR 050, que separa o bairro do centro urbano e a localização dos espaços voltados para a cultura oferecidos pela cidade.

FIGURA 1 – Mapa de localização dos espaços culturais de Catalão-GO



4.2. A proposta desenvolvida

A proposta para este trabalho é promover através de um espaço na feira o contato com diferentes expressões culturais, assim como, a prestação de serviços e acesso a informações de utilidade pública, elaborada de acordo com a demanda dos moradores do bairro e frequentadores da feira tendo como público alvo os mesmos.

Destaca-se que a inspiração da proposta é a partir de algumas mobilizações no âmbito cultural organizado pela própria organização da feira em algumas datas comemorativas, tal como, aniversário da feira, festa junina, natal, dias das mães, dias das crianças, entre outros. Na Figura 2 são apresentadas algumas das manifestações culturais realizadas.

FIGURA 2: Manifestações culturais organizadas na feira



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ressalta-se que quando são realizadas estas atividades verifica-se o aumento dos frequentadores na feira nestes dias e nos posteriores, e por consequência, aumento nas vendas dos feirantes. Também se verifica uma forte vinculação da comunidade na preparação e na realização destas atividades culturais.

Destaca-se que para a realização destas atividades culturais a comunidade é dependente de apoio do poder público local e da iniciativa privada para a compra dos materiais. E quando a tal apoio não é conseguido, muitas vezes tais atividades culturais são canceladas. Neste sentido, caso se consiga a institucionalização das atividades culturais no espaço da feira por do sol de economia solidária teria como resultado a garantia da realização de tais atividades. Uma forma de se realizar esta institucionalização é tornando tal feira em um ponto de cultura.

Conforme ressaltado na seção de revisão de literatura, a política nacional de estabelecimento de pontos de cultura é por meio de editais de seleção. Para tanto, se faz necessário desenvolver propostas robustas para que então possa se obter tal institucionalização e apoio governamental para realização das atividades culturais.

Destaca-se que a proposta de pontos de cultura em feiras de economia solidária pode ter dois propósitos: valorizar as manifestações culturais locais (por meio de subsídio à organização destas manifestações a serem realizadas pela comunidade) e difusão à cultura popular e a cultura global (por meio de subsídio ao pagamento de apresentações de grupos de outras localidades).

Como a feira acontece semanalmente, cada semana o Ponto de Cultura da feira de Economia Solidária deverá apresentar uma temática de acordo com a demanda dos frequentadores e morado-

res do bairro, datas comemorativas, ou oportunidades de exibição de manifestações culturais. Sendo assim, nesta proposta, sugere-se a elaboração de um quadro com eixos temáticos envolvendo dança e música; artesanato e artes visuais; literatura e estimulação do pensamento crítico; informações de utilidade pública.

A elaboração de um quadro temático não significa que as temáticas ou a sequência de apresentações sejam engessadas, pois a feira, tanto como o ponto de cultura, possui uma dinâmica variável. Segue o esquema de uma proposta de eixos temáticos no Quadro 1.

QUADRO 1: Eixos temáticos

<p>Artes Cênicas:</p> <p>Dança</p> <p>Teatro</p> <p>Circo</p> <p>Outros</p>	<p>Essa semana será direcionada para grupos de artes cênicas que queiram apresentar seu trabalho. Grupos de capoeira e teatro da cidade e principalmente do bairro e proximidades.</p>
<p>Música:</p> <p>Filarmônica</p> <p>Orquestra</p> <p>Grupo</p>	<p>Essa semana é direcionada para os músicos da cidade. Tocadores de viola, Orquestra e outras que queiram participar do evento.</p>
<p>Artes Visuais e literatura:</p> <p>Fotografia</p> <p>Pintura</p> <p>Desenho</p> <p>Escultura</p> <p>Gravura</p> <p>Livro e revistas</p>	<p>Direcionado para os artistas visuais, fotógrafos, pintores, escultores que queiram apresentar seu trabalho, assim como, na divulgação e incentivo das artes visuais. Ministração de cursos de desenho e de pintura gratuitos para atender a população do bairro.</p>

<p>Manifestações Culturais Populares:</p> <p>Festa Junina (Caipira)</p> <p>Congadas</p> <p>Culinária (Pamonhada, Tapioca e outras)</p>	<p>Voltado para a participação de grupos de quadrilha das escolas públicas, dos grupos de congadas da cidade entre outras atividades populares.</p>
<p>Audiovisual:</p> <p>Vídeo (Curta amadores)</p> <p>Cinema (CineCultura)</p> <p>Animação</p>	<p>Essa semana será pra apresentar o Cineclubes Catalão, com a intenção de levar o cinema popular para os frequentadores da feira.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme destacado anteriormente, na feira de economia solidária é possível desenvolver um espaço de utilidade pública realizando prestação de serviços, formação e informação da comunidade. Desta forma, seria oportuno realizar parceria com diversas organizações (governamentais ou não) para inserir no cronograma tais atividades. No Quadro 2 são apresentadas algumas possibilidades destas atividades.

QUADRO 2: Prestação de serviço

<p>Vacinação:</p>	<p>Direcionado para campanha de vacinação e outros eventos relacionados à saúde.</p>
<p>Informativo:</p>	<p>Voltado para informações de utilidades públicas, como campanhas contra dengue, câncer de mama, entre outros.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.3. Análise da proposta

Mediante o cenário apresentando onde se encontra a necessidade de um ponto de cultura em uma feira de economia solidária, observam-se alguns fatores facilitadores, no que se refere à implantação do ponto, tais como, a parceria feita com a Associação de Moradores do Bairro, as escolas públicas do bairro, assim como, as possíveis parcerias com o Governo Federal/Estadual através da aprovação de editais direcionados a cultura e alguns grupos culturais da cidade.

No entanto, existem alguns desafios e barreiras a serem vencidos, como exemplo, a aprovação dos editais, no sentido de atender todos os requisitos exigidos para tal. A questão da estrutura física para o ponto de cultura. Já que se trata de uma feira, terá que ser desenvolvido uma estrutura móvel e que atenda as necessidades de acústica e iluminação para os eventos. A questão da formação de uma equipe responsável por montar e desmontar a estrutura física, assim como, uma equipe gestora do ponto de cultura.

Acredita-se que um dos maiores desafios a ser enfrentado será a falta de um referencial, como dito anteriormente, até o momento não se encontrou na literatura relatos que abordasse o tema de ponto de cultura em uma feira. Assim, o grau de complexidade no processo de criação do ponto aumenta, pois as etapas serão realizadas por tentativa até chegar a um resultado ideal.

Ao que se refere a estes desafios, como exemplo, a estrutura física, pretende-se contar com a experiência de alguns profissionais de estruturas móveis, acústica e iluminação, por se tratar de um espaço aberto estará sujeito a todo tipo de intempéries. Portanto, a aprovação dos editais dos programas federais que apoiam a cultura será

de suma importância para custear a contratação desses profissionais entre outros gastos.

Com a criação do ponto efetivada, espera-se alcançar resultados que beneficiem a comunidade, tais como, acessibilidade à cultura valorizando o trabalho da comunidade e reforçando os laços de solidariedade e compromisso com a preservação das tradições; promover a descentralização dos bens e serviços públicos; contribuir com a comunidade científica no acervo teórico que aborde o tema, ponto de cultura em uma feira.

5. Considerações Finais

Com base na pesquisa realizada compreende-se que o espaço urbano, assim como, os fenômenos que o produz possui uma dinâmica e vivem em constantes modificações, são inúmeras as problemáticas que cercam o estudo do espaço urbano. Portanto, tais pesquisas são de grande valor para dar respostas às necessidades das comunidades que produzem esse espaço.

Deste modo, é nítida a necessidade de promover ações para contribuir com a comunidade dos bairros, principalmente os periféricos onde existe uma carência maior e que por muitas vezes são esquecidos por parte dos responsáveis em promover tais ações. É indiscutível a importância do incentivo à cultura, assim como, oferecer eventos culturais acessíveis a essas comunidades com o objetivo de valorizar essas pessoas, com a prática cultural, o lazer e a melhor qualidade de vida.

Assim, a estratégia de criar um ponto de cultura em um espaço já utilizado e intensamente frequentado pela comunidade torna-se

oportuno para a disseminação da cultura e proporcionar a acessibilidade. Essas pessoas além de terem acesso a diversas manifestações culturais e lazer, vão se beneficiar de recursos federais nunca antes contemplados por eles, e ao mesmo tempo, transformando o espaço da comunidade por meio da cultura.

Referências

AMORIM, R. **Feiras de economia solidária: fenômeno de socialização ou redescoberta do mercado?**. Instituto Marista de Solidariedade. XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, 2011.

AMORIM, R. S; SILVA, S. A. Almeida. **Feiras de Economia Solidária 2005-2008: experiências ensinantes e aprendentes**. Brasília: Instituto Marista de Solidariedade, 2009.

BERNADINO, V.M.P. As mobilidades do trabalho e do consumo geradas pela feira do produtor de terra boa, PR. **Revista Pegada**, v. 16, n. 1, p. 118, 2015.

BRÜGGER, A. P. Redefinição do território da feira livre: um estudo explanatório sobre apropriação do espaço na Avenida Brasil em Juiz de Fora – MG. III Simpósio Nacional de Geografia Política. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v. 7, n. 1, p. 1694-1705, 2013.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo. Editora: Ática, 1985.

MINC. **Ministério da Cultura**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

TEM. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SEVERINO, M. R. Organização do trabalho na economia solidária – desafios e limites na construção de modelo alternativo ao taylorismo. **Revista Pegada**. vol. 14 n.2. 2013. p.145.

SILVA, F. A.B.; ARAÚJO, H. E. **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília : Ipea, 2010.

SPOSITO. M. E. B. **O centro e as formas de expressão da centralidade urbana**. Revista de Geografia, São Paulo, v. 10, p.1-18. 1991.

TURINO, C. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

YIN, R. K.; **Case study research: design and methods**. Thousands Oaks: Sage Publications, 1994.

CAPÍTULO V

OCUPAR MERCADOS E GERAR RENDA: A FEIRI- NHA SOLIDÁRIA DA UFU

Rafaela Mazola Moraes – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Cristiane Betanho – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

José Eduardo Fernandes – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Arthur Humbelino Gonçalves dos Santos – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

1. Introdução

Segundo Caporal (2016), a Agricultura Sustentável tem que considerar aspectos socioeconômicos e culturais dos grupos sociais implicados. Não basta proteger e melhorar o solo ou a produtividade agrícola se não resulta em melhorias nas condições de vida das pes-

soas envolvidas. Portanto, para o autor, agricultura sustentável é um conceito que implica aspectos políticos e ideológicos que têm a ver com o conceito de cidadania e libertação dos esquemas de dominação impostos por setores de nossa própria sociedade e por interesses econômicos de grandes grupos, de modo que não se pode abordar o tema reduzido a questões técnicas.

Esse conceito de Caporal abrange a ideia da Feirinha Solidária da UFU, um resultado parcial do projeto “Apoio à continuidade dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários da perspectiva da extensão universitária do município de Uberlândia e Região do Triângulo Mineiro (MG)”, financiado pelo MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq, do qual este artigo também é resultado parcial.

Esse projeto é desenvolvido no âmbito do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps), unidade da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (Proex) da Universidade Federal de Uberlândia. A Missão do Cieps é “Promover a Economia Popular e Solidária, assessorando Coletivos Populares que gerem trabalho e renda dentro dos princípios da Economia Popular Solidária (EPS) por meio da indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão” (CIEPS, 2015). Esse assessoramento congrega equipe técnica da universidade, seus docentes e alunos, e ainda voluntários, com vistas a trazer melhoria às condições materiais e imateriais de vida dos trabalhadores que decidem criar e gerir por si próprios Organizações Produtivas Solidárias (OPS), ao invés de subordinar-se ao mercado de trabalho. O processo de incubação desenvolvido no Cieps tem alcançado trabalhadores dos segmentos de agricultura camponesa, coletores de recicláveis e pessoas relacionadas a atividades de arte-cultura popular, e tem, como objetivo de longo prazo, a busca da emancipação humana.

O objetivo deste trabalho é analisar os limites e as possibilidades enfrentados por grupos de agricultores camponeses que escolhem ocupar mercados a partir dos princípios da Economia Popular Solidária, ao invés de se unir, de forma subordinada, a cadeias de produção e distribuição criadas a partir dos princípios da economia de mercado. Para ilustrar limites e possibilidades, será exposto o caso da construção e conquista do espaço Feirinha Solidária da UFU, criado no âmbito da Universidade por meio da ação do Cieps, desde a organização dos trabalhadores até a busca por dominar o conhecimento sobre comercialização e mercados, evidenciado no relacionamento dos camponeses com os clientes que freqüentam o espaço.

Em termos metodológicos, este artigo e o projeto que o originam são fruto da aplicação da Pesquisa Participativa e da Pesquisa-ação. Etimologicamente, participar – ou participare, do latim – significa “tomar parte”. Para Rocha e Aguiar (2003), trata-se de metodologia de pesquisa que articula prática e teoria, sujeito e objeto, e seus resultados estão vinculados à tomada de consciência dos fatores envolvidos nas situações imediatas de vida e na participação coletiva para a mudança da ordem social de um agrupamento. No caso do trabalho desenvolvido pelo Cieps, a metodologia é utilizada com o objetivo de envolver os trabalhadores-empresendedores na tomada de conhecimento de sua realidade, uma ação coletiva que sugere tomar decisões coletivas. Em relação a pesquisa-ação, como salienta Thiollent (1997), em essência, a metodologia consiste em acoplar pesquisa e ação, formando um contexto em que todos os atores – pesquisadores e pesquisados – participam, com a finalidade de elucidar a realidade em que estão inseridos e identificar problemas coletivos, e, interativamente, chegar a experimentações, com o fulcro de buscar

soluções para a situação real identificada. No caso concreto estudado no Cieps, a produção de saberes a respeito de como organizar de modo autogestionário pessoas, processos e comercialização a partir dos princípios da Economia Popular Solidária e buscar os melhores resultados possíveis nesses processos de troca, mantendo a visão de organizações e movimentos sociais de resistência à economia de mercado.

Para Brandt (1979), compreende-se por comercialização a execução das atividades fundamentais que satisfazem as necessidades e desejos dos mercados, projetando a disponibilidade da produção, efetuando transferência de propriedade de produtos, promovendo meios para sua distribuição física, e facilitando a operação de todo o processo de mercado. No caso das OPS, temos essas atividades assumindo outros significados que não somente o suporte para a concretização da troca, dado que organizadas a partir dos princípios da EPS e orientadas para a crítica das relações criadas e fomentadas na economia de mercado.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: no capítulo a seguir, serão apresentados os princípios da Economia Popular Solidária, cuja abordagem encontra-se em construção e, sobretudo, em disputa. Na sequência, serão refletidos os conceitos de Economia, Comercialização e Mercados a partir desses princípios orientadores. No capítulo 3, será apresentado o caso da construção do espaço *Feirinha Solidária da UFU*, com seus antecedentes e os resultados obtidos até então. Por fim, nas considerações finais, serão refletidos os limites a superar e os desafios a enfrentar, pelo Cieps e pelos camponeses, rumo à consolidação da experiência e sua disseminação.

2. Fundamentação Teórica

Os denominados ‘mercados’ são parte da conformação socioeconômica atual e do jargão corrente, a eles sendo atribuídos todas as benesses, e todos os males, da economia. No entanto, como salienta Polanyi (2000), os mercados existem desde a Idade da Pedra, mas seu papel era apenas incidental até o século XIX; ganhos e lucro não eram o centro da economia humana. A ordem na produção e na distribuição era garantida por meio de três princípios de comportamento indiretamente associados à economia: a reciprocidade, que se configura no dar e receber dádivas entre membros de grupos; a redistribuição, que consiste em confiar a responsabilidade de distribuir as riquezas produzidas a uma autoridade; e a domesticidade, que consiste na produção para uso próprio.

Padrões de institucionalização garantiam o cumprimento desses princípios de comportamento. A reciprocidade era sustentada pelo padrão da simetria, a personalização das trocas. A centralidade fornecia um conduto para a coleta e armazenagem de bens para posterior redistribuição. Já o princípio da domesticidade podia ser manifestado em diversos núcleos institucionais: família, localidade, poder público, entre outros. Polanyi (2000) sustenta que todos os sistemas econômicos, até o final do feudalismo na Europa ocidental, foram organizados segundo esses princípios e suas formas de institucionalização, amparados por costumes, lei, magia e religião.

Os mercados adquiriram a importância que têm na atualidade a partir do século XIX, quando o paradigma econômico que, em meados do século XX, passou a ser chamado de “economia de mercado”, erigiu suas bases. Os mercados, antigamente locais de barganha, troca e permuta, foram transformados em uma instituição, designa-

da para uma função específica. O princípio de mercado, e seu padrão de institucionalização – a troca, subverte as relações anteriores: ao invés de a economia estar inserida nas relações sociais, são essas que se inserem no ambiente econômico, sendo por ela moldadas (POLANYI, 2000).

Para que o princípio de mercado pudesse ser implantado com sucesso, todos os fatores de produção também necessitariam ser disponibilizados em mercados – uma economia de mercado somente pode funcionar em uma sociedade de mercado. Assim, além do dinheiro, terra e trabalho ganharam status de mercadorias, subordinando a própria substância da sociedade às leis do mercado (POLANYI, 2000). Nessa nova sociedade, emancipado o homem dos costumes, transcendência e tradições, o mercado é escolhido como mecanismo regulador porque permite ancorar as relações entre os indivíduos na esfera dos interesses. O interesse econômico seria dotado de um potencial pacificador; essa mão invisível garantiria o equilíbrio e a ordem (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). No entanto, as contradições práticas da economia de mercado mostram que o discurso se encontra bem longe da prática, o que reforça crítica ao modelo e a busca de alternativas para a superação do mesmo.

A fundamentação teórica deste artigo buscará refletir sobre a Economia Popular Solidária (EPS), uma abordagem crítica em relação à economia de mercado, e as implicações em termos de estratégias de gestão, comercialização e relacionamento social em que incorrem os trabalhadores que decidem criar e gerir organizações produtivas a partir dos princípios da EPS.

2.1 Economia Popular Solidária

Para Polanyi (2000), Trabalho é apenas um nome de uma atividade que acompanha a própria vida humana. Tal atividade não pode ser mobilizada ou armazenada, sem afetar o indivíduo portador dessa “mercadoria”. Conforme afirma, “mão-de-obra é o termo técnico usado para os seres humanos, na medida em que não são empregadores, mas empregados” (POLANYI, 2000, p. 97).

No Brasil, como bem salienta Antunes (2006), o capitalismo brasileiro vivenciou, durante o século XX, principalmente a partir do getulismo, um verdadeiro processo de acumulação industrial. O padrão de acumulação estruturou-se por meio da superexploração da força de trabalho, organizada no tripé salários baixos, jornada de trabalho prolongada e forte intensidade do ritmo do labor. Os efeitos dessa acumulação sobre as condições materiais de vida do trabalhador brasileiro mostraram-se catastróficos na década de 1980, quando milhares de postos de trabalho foram fechados em função das crises econômicas e dos rearranjos obrigatórios à adequação das organizações aos ditames do capital internacional. Parte desses trabalhadores não foram reincluídos no mercado formal de trabalho, e desenvolveram práticas alternativas de geração de renda para seu sustento e de suas famílias, engrossando o exército de precários.

De acordo com Icaza e Tiriba (2003), a partir das últimas décadas do século XX, o termo economia popular vem sendo geralmente utilizado para referenciar as atividades desenvolvidas por aqueles que foram excluídos ou nunca conseguiram ingressar no mercado de trabalho, ou como atividades de complementação de renda. No entanto, a partir dos princípios da EPS, para as autoras, a prática da economia popular seria ressignificada, reconhecendo-se, além da

existência de um saber popular em matéria econômica, o caráter de contraposição à lógica capitalista, posto que nega o emprego da força de trabalho como uma mercadoria. Assim, a EPS surge e se desenvolve articulando solidariedade e economia popular, sendo seu maior desafio superar o plano da reprodução simples, para atingir o de uma reprodução ampliada da vida em sociedade (EID et al., 2006; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Superar o plano da reprodução simples das condições materiais de vida em sociedade é o desafio basilar dos trabalhadores que se envolvem na criação, na gestão, na produção e na reprodução de mercadorias a partir dos princípios da EPS, dado que, necessariamente, essa superação precisa se dar a partir da crítica das relações que se desenvolvem na economia de mercado. Se os EES apenas adotarem a base técnica do capitalismo, sem a devida crítica a seus princípios e resultados, acabam subsumidos à sula lógica. A experiência dos pesquisadores junto a grupos de trabalhadores-empresendedores, nos últimos 15 anos, evidencia uma série de armadilhas que precisam ser criticamente apreciadas, sob risco de perder os traços distintivos dos EES.

Uma dessas armadilhas é a ideia da competição. Para Lisboa (2003), a competição se encontra no próprio seio da EPS, quando ocorrem situações em que, existindo produtos similares dentro das redes, se fizer necessária uma escolha entre os mesmos. O autor salienta que a economia solidária existente se realiza no mercado, competindo no mercado. No entanto, se os EES não desenvolverem conhecimentos e condições tecnológicas, gerenciais e financeiras para construir relacionamentos solidários com a sociedade, conhecimentos e condições, devidamente mediados pelos princípios da EPS, acabarão subsumidos pela lógica capitalista. Como salienta Singer (2006, p. 10),

o que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual. A aplicação desses princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2006, p.10).

Essa questão é premente e precisa ser devidamente refletida, dado o impacto sobre a própria existência da abordagem empreendedora solidária. Salienta Eid (2002) que abrir mão dos princípios solidários a favor da competição seria indicativo do não entendimento, por parte dos grupos de trabalhadores-empresendedores, desses princípios, portanto, não seriam EES. Refletir sobre as experiências práticas da EPS é importante para verificar se é possível, dentro do modo de produção capitalista, o surgimento e o crescimento de formas democráticas de organização do trabalho e da produção, superando a exploração do sobretrabalho e a expropriação da mais-valia.

2.2 Comercialização, Mercados, Marketing

A definição oficial mais recente (de 2007) da *American Marketing Association* (a entidade profissional mais representativa deste campo de conhecimento) afirma que marketing “é a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que possuem valor para os clientes, parceiros e a sociedade em geral” (AMA, 2007, online, tradução nossa).

Na prática, significa que o processo de realização de mercadorias é resultado de reflexões anteriores, em que as organizações

buscam entender os ambientes com o quais podem fazer trocas, as necessidades e desejos dos grupos de clientes e os impactos do relacionamento com outras organizações, instituições públicas ou empresas privadas. Dessa reflexão, surgem oportunidades a aproveitar e ameaças a enfrentar. Essas ações, na prática, dão-se a partir da produção, comunicação e distribuição de ofertas a mercados almejados pelas organizações, portanto as organizações se materializam por meio de seus produtos e serviços e seus resultados (econômicos e sociais) são resultado do relacionamento de troca com os grupos de clientes escolhidos.

Para a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS, 2004), a primeira diferença fundamental entre o planejamento tradicional e o planejamento estratégico a partir dos princípios da EPS é que o tradicional tem um caráter piramidal, dividido em três grupos no sentido do topo para a base: quem ocupa os cargos de direção planeja, quem ocupa os cargos de gerência e chefia faz a gestão e quem trabalha na produção e nas atividades fins executa. Já o planejamento estratégico é participativo, cada pessoa é uma parte fundamental do planejamento, todos planejam e todos executam, respeitando as diferenças e as responsabilidades de cada um.

Na teoria mercadológica, pode-se orientar a construção da estratégia das organizações para a comercialização de produtos (orientação para vendas), para a produção em massa de produtos padronizados e sem distinção (orientação para produção), para a produção de itens especiais (orientação para o produto), ou para a satisfação dos interesses dos clientes escolhidos pelas organizações (orientação de marketing) (KOTLER e KELLER, 2012).

No entanto, nenhuma dessas orientações reflete os imperativos de uma sociedade que não enxerga os impactos das ações das

empresas e dos clientes no longo prazo. O cliente pode ficar satisfeito com uma comida calórica e saborosa, no entanto, sua saúde será afetada; o cliente pode sentir-se altamente recompensado quando consome cafés especiais em cápsulas, no entanto, essas embalagens impactam negativamente o meio ambiente. Essas considerações são alvo da orientação societal de marketing, que indica a necessidade de buscar equilibrar os objetivos conflitantes entre os grupos de interesse envolvidos no processo de produção e consumo, como satisfação, os imperativos ambientais e os imperativos econômicos (KOTLER, 2010).

Tendo em vista o caráter solidário e participativo dos empreendimentos pesquisados, destaca-se a orientação societal para analisar estratégias de marketing nos EES. Assim, é imprescindível discorrer brevemente sobre as práticas do consumo crítico, de origem nos movimentos ecológicos e de defesa do consumidor.

A lógica do consumo crítico torna o consumo um ato de cumplicidade, posto que vê a aquisição de um produto ou serviço como uma ratificação das estratégias da organização que o produziu; portanto, o ato de aquisição é antecedido por uma análise crítica dos produtos em oferta sob os prismas econômico, ético e ecológico (MANCE, 2003).

Uma alternativa é o consumo de produtos produzidos por organizações solidárias, pertencentes a grupos de trabalhadores-empregados, o que adiciona outros elementos ao ato de consumo crítico. Existem cooperativas de consumo solidário, como a analisada por Pauli (2004), em que os consumidores buscaram comprar, conjuntamente, produtos de melhor qualidade e preço, à luz do consumo crítico, solidário e coletivo. Esse tipo de consumo tem o con-

dão de proporcionar que o conceito de sustentabilidade de Elkington (1997) (que indica que uma organização somente pode ser sustentável se equilibrar as demandas das dimensões econômica, social e ambiental) se manifeste no plano concreto.

Como ressaltam França Filho e Laville (2004), as OPS têm um desafio inerente ao entendimento dos processos de produção e comercialização – a construção conjunta da oferta e da demanda. Se esse desafio for esquecido, corre-se o risco de descaracterizar o caráter solidário das organizações produtivas, reproduzindo as relações de subordinação ao sistema capitalista e sendo por ele subsumidas, ou aprisioná-los na esfera da economia popular, limitando os resultados ao plano da reprodução simples das condições de vida dos trabalhadores.

Assim, para demarcar conceitualmente as diferenças entre o processo de comercialização de empreendimentos capitalistas e solidários, ao invés de utilizar a expressão “realização da mercadoria”, falar-se-á, a partir daqui, em inserção dos produtos no mercado, com a finalidade de ressaltar as particularidades do processo de produção e relacionamento com os mercados para organizações produtivas solidárias.

Por isso, e tendo em vista a busca pela reflexão crítica das práticas de produção e reprodução de mercadorias da economia de mercado, que necessariamente deve ser buscada na EPS, os pesquisadores entendem que o movimento deve ser denominado “consumo crítico e solidário”. Os dois adjetivos são essenciais para entender as implicações das escolhas envolvidas nesse processo de produção e reprodução de valor junto à sociedade.

Dessa forma, os conhecimentos em marketing, a partir da orientação societal, podem ser a base da criação de uma perspectiva educativa crítica ligada ao consumo. Uma perspectiva que considere criticamente o processo de produção e consumo, que questione sua lógica e sua prática, para além da retórica desenvolvida pelas organizações da economia de mercado.

No entanto, os conhecimentos ligados a gestão, não somente marketing, mas produção e pessoas, não são de simples internalização pelos trabalhadores. Mais importante ainda, de nada adianta capacitar tecnicamente os grupos sem a devida reflexão crítica sobre o modelo sociedade e de economia com o qual fazemos trocas. Sem essa crítica, não haverá resistência, apenas retórica, e por isso a importância do trabalho que pode ser desenvolvido pelas incubadoras. O trabalho do Cieps com a Feirinha Solidária da UFU será alvo de reflexão da seção a seguir.

3. A Feirinha Solidária da UFU: ocupando o mercado

No mês de novembro de 2015 nasce a Feirinha Solidária da UFU, resultado da concertação de esforços PROEX, do Cieps e dos agricultores e suas famílias. O projeto nasceu em função da intersecção de resultados obtidos em dois projetos desenvolvidos pelo Cieps. Por um lado, a implantação de um Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) no âmbito da UFU proporcionou a base do conhecimento para a tomada de consciência dos agricultores participantes de projetos do Cieps quanto à necessidade de superar o uso de agrotóxicos e adubos químicos. A incubadora criou equipe de acompanhamento técnico para assessorar os agricultores que, após a realização dos cur-

sos, decidiram realizar a transição agroecológica, mas precisavam de apoio para resolver as questões produtivas da adoção de outro paradigma produtivo e vem realizando a certificação dos agricultores que completaram 1 ano sem uso de venenos e adubos químicos a partir da OCS (Organização de Controle Social). No desenrolar do processo de transição agroecológica, surgiu o desafio de inserir os produtos nos mercados, com toda a sua gama de limites e possibilidades.

Para a seleção dos produtores para a participação da feira foi necessário que os técnicos agrícolas indicassem para a equipe de gestão quais estavam dentro das normas e lógica agroecológica e quais teriam capacidade produtiva para atender a demanda de uma feira.

Depois disso os indicados foram convidados para a primeira reunião sobre a Feirinha Solidária da UFU, que foi realizada no dia 05 de novembro de 2015 no Cieps, nessa reunião explicamos que teríamos reuniões de formação teórica e troca de experiências pessoais; a importância de manter a ocupação do espaço conquistado, por mais que não tivesse produto mas ir nas feiras e fazer contato com os clientes e conquistar a confiança deles e mostrar a origem dos alimentos; a importância do coletivo e solidariedade, pois a intenção era dar oportunidade para quem quisesse se organizar e fazer com que a economia solidária se fortalecesse no grupo e mais pessoas conheçam esse tipo de economia. Para encerrar a reunião verificamos o que e a quantidade dos produtos para levar para a primeira edição da Feirinha Solidária da UFU.

Para a participação da feira é necessário passar por alguns passos sendo eles: (a) o agricultor deve pertencer a uma associação, cooperativa ou movimento popular; (b) o produtor que deve produzir o seu produto; (c) é imprescindível a presença de todos os pro-

dutores e a equipe de gestão da feira na participação das reuniões mensais de formação, pois serão nelas que o senso crítico e a troca de conhecimento acontecerá, realizando assim o processo de formação; (d) o produtor participar de todas as feiras, mesmo que não tenha produtos, salvo justificativas; (e) o produtor deve estar de acordo com as normas e padrões da produção agroecológica e/ou orgânica, para que o Cieps (Centro de Incubação de Economia Popular Solidária) possa certificar a qualidade dos produtos por seus técnicos; (f) a equipe de gestão e produtores deverão fazer todos os cursos e dias de campo oferecidos pelo Cieps.

Para a promoção da primeira feira foi enviado um e-mail com as informações da feirinha, panfletamos nos sinaleiros ao redor da UFU e colamos os cartazes nos blocos principais da UFU. Considerando os poucos recursos para a divulgação da feira, ficamos surpresos com a quantidade de pessoas que compareceram, também apareceu lá a rádio universitária para fazer entrevista, a maioria dessas pessoas continuam sendo clientes assíduos que nos acompanham até hoje e pelo boca a boca alguns moradores da proximidade da faculdade frequentam também a feira.

O nosso pensamento inicial era fazer a feira quinzenalmente ou mensalmente. No entanto, como a primeira feira fez tanto sucesso os clientes já queriam no próximo sábado, os produtores ficaram muito motivados, sendo assim com concordância e unanimidade entre produtores e equipe de gestão administrativa ficou decidido que a Feirinha Solidária da UFU seria realizada todos os sábados das 09:00h às 13:00h em um espaço denominado Centro de Convivência, situado no campus Santa Mônica da UFU.

De novembro de 2015 para cá, temos realizado a Feirinha com sucesso e com dificuldades de ordem logística por parte dos agricul-

tores. O frete para o transporte das mercadorias é de alto custo. A UFU providenciou transporte quinzenalmente durante 2015 e pretendemos retomar esse apoio neste ano. De qualquer modo, essa questão precisa ser ainda resolvida.

Alguns outros limites surgiram ao longo dos quatro meses de feira: falta de dinheiro para comprar sementes e adubos; acesso a adubo orgânico bom e com preço acessível; e na parte de estrutura da feira, os problemas são ausência de balanças, mesas e barracas próprias.

Do ponto da agregação de valor, os agricultores logo quiseram levar produtos processados, como compotas, produtos picados e/ou descascados, produtos cortados como couve, ovos caipiras, queijo, farinha de mandioca e milho para comercialização no espaço. No entanto, essa ação foi adiada pela necessidade de se desenvolver ações relacionadas a formação dos agricultores em boas práticas de fabricação, de forma a garantir a qualidade dos produtos a serem ofertados, dentro dos padrões vigentes na legislação.

Como desafios da gestão, os agricultores entenderam que é essencial coletar informações para o custeio, para saber quanto vale a hora de trabalho do agricultor e quanto cada produto pode custar usando a lógica do preço justo para quem produz e para quem compra. Outro desafio é planejar a produção de forma a não haver sobreposição de produtos ofertados, uma vez que nossa intenção é excluir a concorrência interna. A comunicação precisa ser aprimorada, pois nos lotes a rede do celular não pega e às vezes é necessário dar um recado e a comunicação se torna complicada.

Entre Janeiro e Fevereiro de 2016, época de férias na UFU, caiu o movimento da Feira, o que levou à necessidade de promover me-

lhor a feira fora do campus para que os produtos levados não sobrassem e/ou estragassem, dado que existe um ciclo de produção. Com o retorno das aulas, a frequência ao espaço foi retomada e fortalecida, mas a experiência trouxe informações para o planejamento do próximo ciclo de férias.

Outra questão que afeta a produção é o estado de saúde dos agricultores e a idade dos mesmos. O trabalho de comercialização e de agregação de valor via processamento pode criar novos postos de trabalho para absorver necessidades especiais, bem como para fixar os jovens e mulheres no campo.

4. Considerações Finais

O objetivo de promover a coletividade está sendo consolidado a cada dia que passa, pois as reuniões de formação política e técnica, e com a trocas de experiências entre a equipe de gestão, seja ela técnica, administrativa ou da nutrição estão fazendo com que a união cresça a cada dia mais e a vontade com que a feira dê certo também, um se preocupa com o bem estar do outro, os próprios produtores entre eles têm a preocupação de não levar o que o outro companheiro já leva, os clientes, conhecendo quem produz seu alimento estão tendo a curiosidade de saber como o alimento é produzido na íntegra e estão interessados em fazer os cursos que o Cieps oferece de agroecologia, a gratidão, o companheirismo e a amizade formada na feira como um todo tem um valor que dinheiro nenhum no mundo pode comprar ou substituir, e isso é demonstrado quando recebemos críticas construtivas e elogios dos produtores, clientes e Proex, fortalecendo assim cada vez mais o conceito de solidariedade.

Para solucionar os problemas apontados sobre a forma feira está ocupando o seu espaço na UFU e se estruturando, podemos dividi-los entre os 4 P's, conforme o modelo de prática mercadológica:

Para o Produto, a primeira ação é a realização de um curso de como coletar e armazenar as sementes para que a Feirinha tenha o seu próprio banco de sementes; o problema de dinheiro para o transporte e para a compra de mudas e sementes podem ser solucionados com a busca de editais, fazer novos projetos e formação; sobre os produtos processados, a equipe de gestão do curso de Nutrição da UFU levantará as informações normas e regras que a ANVISA exige para a comercialização e fornecerá o curso de boas práticas e manipulação de alimentos.

A Promoção continuará com o envio de e-mails para discentes, docentes, técnicos administrativos dentre outros que possuem vínculo com a Universidade, a promoção externa acontecerá através de eventos via redes sociais, faixas espalhadas ao redor da Universidade e outdoors dentro do Campus Santa Mônica.

O Preço levará um pouco mais de tempo para ser solucionado, pois depende do levantamento de todos os dados, para isso equipes serão formadas para visitarem os 11 lotes e acompanhar de perto tudo o que é feito desde a produção até a comercialização dos produtos.

Para a Praça, serão feitos protótipos de mesas com a estrutura de bambu e tubos pvc, preocupando-se com o detalhe de serem leves e fáceis de transportar e principalmente a questão agroecológica, é necessário que os materiais utilizados respeitem o meio ambiente, uma vez que o bambu que é a principal matéria prima existe em abundância no lote de um dos produtores.

No âmbito do projeto, também foram desenvolvidas pesquisas que buscam entender o comportamento dos consumidores de produtos orgânicos e qual o grau de conhecimento das pessoas em relação ao destino das embalagens dos produtos que consomem. Em linhas gerais, os resultados apontam que a esfera da produção das mercadorias é invisível aos olhos do consumidor: como as relações humanas estão, na atualidade, ancoradas na esfera dos interesses e na satisfação hedônica dos desejos, as pessoas enxergam apenas o campo da reprodução das mercadorias (a comunicação e a comercialização), mas não a produção, portanto os produtores (de produtos e serviços) são sempre invisíveis. Essa constatação traz duas oportunidades, que a Feirinha tem buscado aproveitar: a de apresentar os produtores à sociedade e discutir o consumo crítico e solidário.

Tendo em vista que os trabalhadores-empresendedores têm necessidades ligadas à sobrevivência familiar no dia a dia, o processo de sustentabilidade é essencial para assegurar que os ganhos financeiros mantenham a motivação empreendedora dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo, essa motivação precisa ser orientada para a forja de relações críticas em relação ao que já viveram e presenciaram. A resolução de conflitos precisa passar pelo questionamento das soluções apresentadas pela organização capitalista, e os trabalhadores-empresendedores precisam ter apoio para refletir a construção de outras opções, mais solidárias, de organização e solução de contradições.

É fundamental construir processos que facilitem a compreensão sobre o trabalho cooperado e as relações com redes solidárias, no sentido de estabelecer um caminho perene e factível para romper com o modelo que oprime e marginaliza os trabalhadores desde seus primórdios. As ações cooperadas devem ser incentivadas e fortale-

cidas entre os agricultores e extrapolar o ambiente interno, criando meios para que essa relação se estenda também para a sociedade.

Os processos de formação para o trabalho são fundamentais para contribuir para a superação dessas contradições. Aliar dinâmicas que consigam fazer as mediações entre o conhecimento técnico, que deve ser dominado e subordinado aos interesses dos trabalhadores, e ao mesmo tempo associar práticas formativas que apontem para a tomada de consciência enquanto ser socialmente histórico, e que contemplem todas as necessidades humanas de acumular saberes para sua existência, são os desafios do processo de formação que se pretenda emancipatório, que aponte para a superação tecnicista e possibilite que os trabalhadores transfiram e gerem conhecimento, subordinem as tecnologias às suas necessidades, agregando valor para si, para seus pares e para a sociedade.

Referências

AMA. American Marketing Association. Resource Library. **Dictionary of Marketing Terms**. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.marketingpower.com/AboutAMA/Pages/DefinitionofMarketing.aspx>>. Acesso em: 12 dez 2012.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BRANDT, Sérgio A. **Mercado Agrícola Brasileiro**. São Paulo: Nobel, 1979.

CAPORAL, Francisco. **Agrisustentável** – Conceituação sobre Agricultura Sustentável. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.agrisustentavel.com/conceito.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

- CIEPS. Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários. (2015). **Site institucional:** <<http://www.cieps.proex.ufu.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- EID, Farid (Org). **Construindo uma economia solidária.** Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT. Campinas: Unicamp, 2002.
- EID, Farid; PIMENTEL, Andréa H.B.; SEVERINO, Maico R.; SANTOS, Clarice. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST-Brasil. Anais. **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU.** Quito, Equador, 20-24/11, 2006.
- ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business.** Oxford: Capstone Publishing Ltd., 1997.
- FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean-Lois. **Economia Solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- ICAZA, Ana M.S.; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antônio D. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- KOTLER, Philip. **Administração de Marketing.** 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing.** 14. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.
- LISBOA, Armando M. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antônio D. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- MANCE, Euclides A. Consumo solidário. In: CATTANI, A.D. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ROCHA, Marisa L.; AGUIAR, Katia F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicol. cienc. prof.** v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003.
- SINGER, Paul. Teorias do Valor. In: **Curso de Economia Política.** 17 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.



CAPÍTULO VI

ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS DE COLETA SELETIVA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Arthur Humbelino Gonçalves dos Santos – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Marina Maciel Borges – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Cristiane Betanho – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

José Eduardo Fernandes – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

1. Introdução

O movimento da Economia Popular Solidária (EPS) tem aproximadamente 30 anos. O início de sua disseminação se deu em meados década de 1980, ainda de forma descentralizada (SINGER e SOUZA, 2000), quando parte das forças produtivas nacionais foram

à pique. Na década de 1990, chegou-se a níveis alarmantes de desemprego no campo e na cidade, por conta da incorporação de empresas brasileiras por organizações transnacionais. Parte da população não foi reabsorvida nas novas funções de trabalho criadas pelas novas tecnologias adotadas por essas empresas, dadas as limitadas oportunidades de requalificação, e passou a viver do subemprego e de práticas da economia informal, intensificando a precarização das relações de trabalho (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Foi nesse contexto que movimentos sociais emancipatórios da classe trabalhadora e grupos de trabalhadores expurgados do mercado formal de trabalho, e grupos de nunca incluídos, buscaram juntar forças. Aproveitando habilidades desenvolvidas ao longo da vida e buscando reduzir os riscos de investimento por meio da associação de esforços, reúnem-se em grupos que pretendem relacionar-se com a sociedade a partir de outras formas de organização da produção e comercialização.

Nesse período surge a categoria dos trabalhadores catadores de recicláveis, resultantes dessa exclusão social no mundo do trabalho.

As organizações de recicladores cumprem dupla função social - por um lado, geram trabalho e renda para muitas famílias, e por outro lado, prestam serviços ambientais às sociedades com as quais fazem trocas. Apesar disso, esses trabalhadores muitas vezes são invisíveis aos olhos da sociedade e sofrem exploração de vários elos da cadeia da reciclagem.

Desde o advento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), os catadores e suas organizações solidárias foram destacados no papel de “agentes ambientais”, tornando-se visíveis tanto para as Prefeituras, que querem captar recursos para as políticas mu-

nicipais, quanto para as empresas, que passaram a ser responsáveis pelos resíduos gerados pós-consumo de seus bens. No entanto, como tem funcionado essas “parcerias”, elas têm trazido efeitos positivos às Organizações Produtivas Solidárias (OPS) de catadores, para além da geração de trabalho e renda? Em um segundo momento é necessário refletir sobre as possibilidades das organizações possuem, pensando o que de fato é solidário neste processo produtivo.

Metodologicamente, esta pesquisa pode ser descrita como de natureza aplicada e não experimental, pois tem como objetivo descrever a realidade dos grupos, seus limites, desafios e possibilidades. Como método de procedimento, temos um estudo de caso, pois investiga-se um fenômeno em seu contexto real e com profundidade, possibilitando melhor entendimento dos fatos (YIN, 2010).

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a situação atual de 5 OPS que operam a coleta seletiva de um município do Triângulo Mineiro, à luz dos princípios da EPS, apresentando os limites e os desafios desses grupos.

Em termos de condução da pesquisa, este estudo se insere em uma pesquisa-ação, dado que as OPS analisadas estão incubadas no Cieps - Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários, órgão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC). Neste contexto, foram realizadas visitas com o intuito de realizar observações e questionários para a realização deste trabalho.

Dentro da pesquisa-ação, segundo Thiollent (1997), existe quatro passos, que são eles: Pesquisa Exploratória, em que se detectam os problemas, os atores, as capacidades de ação e os tipos possíveis de ação, por meio de diagnóstico interativo; Pesquisa Aprofundada

ou Fase Principal, na qual a situação é pesquisada por meio de instrumentos de coleta de dados que são discutidos e interpretados pelos participantes; Ação, que consiste na difusão de resultados, definição de objetivos alcançáveis por meio de ações concretas, e propostas negociáveis entre as partes; e Avaliação, cujo objetivo é observar, redirecionar e resgatar o conhecimento produzido no decorrer do processo. As fases do processo de incubação estão relacionadas à pesquisa-ação: a fase de pré-incubação compreende o passo da Pesquisa Exploratória; a fase de incubação compreende os passos de Pesquisa Aprofundada, Ação e Avaliação; e na fase de pós-incubação o passo da Avaliação é continuado e aprofundado, a fim de que os trabalhadores tornem-se conscientes de suas escolhas. Assim, o presente estudo de caso alimenta a etapa de Avaliação do processo de incubação, trazendo à equipe do Cieps elementos para redirecionar os esforços da estrutura para a melhor assessoria aos grupos estudados.

Todas as OPS demandam assessoria na dimensão relacionamento humano e princípios solidários, de forma a aprofundar o espírito de grupo. Por outro lado, apreender conceitos relacionados à gestão – pessoas, processos, finanças, mercadologia – torna-se essencial para que os grupos possam se autogerir. No entanto, acima de tudo isso, os trabalhadores precisam entender o mundo em que vivem. Como salienta Paulo Freire,

Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a

conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos sociais, que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece... (FREIRE, 1979, p.15).

Pesquisa-ação e pesquisa participativa implicam na inserção dos pesquisadores no ambiente e na situação pesquisada, com o objetivo de compreender e descrever os fenômenos existentes, além de enxergar sob um ponto de vista não atingível na observação externa. Assim, o estudo de uma pequena amostra pode revelar respostas e soluções para todo o grupo quando há semelhanças, principalmente quanto ao problema discutido. A análise da teoria/prática e sujeito/objeto pode levar a mudanças na sociedade e relações individuais capazes de divulgar suas necessidades e interesses, o que pode determinar mudanças na realidade percebida (AGUIAR; ROCHA, 2003).

Por se tratar de uma pesquisa aplicado, foram estudados os processos através da pesquisa-ação com o intuito de buscar as possíveis falhas que possam eventualmente existir e apresentar dados que direcionem no aprimoramento das estruturas estudadas.

Este trabalho é resultado parcial do projeto “Apoio à continuidade dos processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na perspectiva da Extensão Universitária”, financiado pelo MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq, e está estruturado em quatro partes. A seção 2, a seguir, apresenta a fundamentação teórica e de políticas públicas do trabalho. Posteriormente, na seção 3, têm-se a discussão sobre os resultados das OPS analisadas, mediadas pela reflexão sobre os princípios da EPS. Em seguida, são apresentadas as considerações finais e as referências deste trabalho.

2. Fundamentação Teórica

A Economia Popular Solidária (EPS) é uma abordagem da economia cujo marco teórico encontra-se em construção e, sobretudo, em disputa.

Cruz (2002) afirma que a economia solidária é resultado da concentração de reivindicações de movimentos populares nos anos 1970 e 1980, e não apenas um acontecimento que é resultado de condições e inclinações históricas do mercado de trabalho brasileiro. Para reforçar seu ponto de vista, indica a importância de visitar as histórias das lideranças e seus principais agentes. Enfim, para o autor, a EPS se caracteriza ao mesmo tempo como um movimento social e um fenômeno econômico.

Já Barcellos (2000) afirma que a EPS não é um modelo revolucionário para substituir o atual sistema econômico, mas sim um projeto que visa estruturar uma alternativa política, econômica, social e também cultural, a ele. Com as grandes crises de mercado, o mesmo não absorve todos os trabalhadores, nem ao menos a maioria, tornando assim uma ótima alternativa para o sistema de produção já instaurado em nossa sociedade, o que indicaria que a EPS serviria para tamponar as crises do capital sem, no entanto, contrapor-se a ele e suas externalidades negativas.

Para França Filho e Laville (2004), a EPS é um dos movimentos que questionam o *laissez-faire* na economia. Essas organizações não são movidas apenas pela rentabilidade do capital investido, mas, indo além dos interesses privados, buscam no espaço público um poder-agir na economia.

Inscrita tanto na esfera social quanto econômica, a Economia Solidária funda um movimento social de trabalhadores, rurais

e urbanos, que fundam Organizações Produtivas Solidárias (OPS), em que ao mesmo tempo os trabalhadores administram e produzem valor. Os trabalhadores que se envolvem na criação das OPS, em sua gestão e na produção de valor para a sociedade, em primeiro lugar, criam postos de trabalho para si próprios e depois buscam a geração de excedentes. Nessa perspectiva, os princípios da EPS e as características das OPS constituem-se um caminho para se construir um modelo de sociedade realmente sustentável.

Por sustentabilidade, entendemos a busca da melhoria das condições materiais de vida para comunidades específicas, ao mesmo tempo em que se aprofundam as relações com a sociedade com que as OPS fazem trocas, valorizando o trabalho humano acima do capital, na busca das emancipações humanas. Assim, entendemos que a EPS não serve para tamponar as crises do sistema hegemônico, e sim para, contrapondo-se à organização capitalista dos mercados, buscar, no tempo futuro, construir um outro modelo de sociedade, mais justa e solidária.

A inserção que fazemos da expressão “popular”, junto ao termo “Economia Solidária”, mais conhecido e tratado na maior parte da bibliografia sobre o tema, indica que entendemos importante frisar que a EPS é uma construção da classe trabalhadora, que trata de organizações produtivas fundadas por trabalhadores, que se tornam geradores de valor e reivindicam um espaço na sociedade que os tinha expurgado anteriormente, ou os condenado a engrossar o exército reserva de mão-de-obra.

Assim, a Economia Popular Solidária surge e se desenvolve articulando solidariedade e economia popular, sendo seu maior desafio superar o plano da reprodução simples, para atingir o de uma

reprodução ampliada da vida em sociedade (Eid et alii, 2006; França Filho e Laville, 2004).

No entanto, se as OPS não desenvolverem condições tecnológicas, gerenciais e financeiras para desenvolver relacionamento com a sociedade, conhecimentos esses devidamente mediados pelos princípios da EPS, acabarão subsumidos pela lógica capitalista. Efetivamente, Gaiger (2000) reflete que a EPS, se não reproduz no interior das OPS relações capitalistas, também não as elimina ou ameaça sua reprodução da forma tipicamente capitalista, dado que experimentam dupla subsunção à economia de mercado: por um lado, sujeitam-se às regras de acumulação e intercâmbio impostas pelos agentes econômicos; por outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo.

Essa questão é premente e precisa ser devidamente refletida, dado o impacto sobre a própria existência dos princípios da EPS. Salienda Eid (2002) que abrir mão dos princípios solidários a favor da competição seria indicativo do não entendimento, por parte dos trabalhadores, desses princípios, portanto, não seriam OPS. A práxis, no longo prazo, é que pode gerar uma nova consciência e provocar novas mudanças na prática. Conforme Lisboa (2003), esses empreendimentos podem demonstrar que há outras forças econômicas, além da hegemônica, que buscam construir a possibilidade de uma maior democratização da economia e, portanto, da sociedade, alicerçadas num controle genuinamente social sobre os meios de produção.

Mas não somente se deve atuar no controle dos meios de produção, mas no entendimento da esfera da reprodução das mercadorias. Aí está a materialização da geração de valor.

Da conjugação de ambas as esferas, destaca-se a geração dos resíduos pós-consumo e pós-produção. Esse campo sempre foi tratado como problema da sociedade e não das empresas. O lucro seria privado, mas as externalidades negativas seriam coletivas, problema da sociedade e do poder público, e essa seria a ordem natural das coisas.

Mas a lei de 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, trouxe elementos para mudar essa divisão nada equânime de ônus e bônus. O dispositivo legal prescreve que o Estado e também os agentes geradores têm responsabilidades sobre a gestão integrada dos resíduos sólidos. Assim, as empresas precisam agir sobre as externalidades negativas que geram, assim como Prefeituras e Estados precisam criar, implantar e fiscalizar planos de gestão para obter recursos federais. E os catadores de recicláveis devem ser incluídos no processo da Logística Reversa e na Coleta Seletiva, caso o município queira acessar tais recursos da União.

Os resultados de um desses planos com a participação de cooperativas e outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda será discutido a seguir.

4. Resultados

Com o objetivo de entender o cenário atual dos empreendimentos de coleta seletiva incubados no Cieps e mapear os avanços e as dificuldades encontradas por eles, foram realizadas visitas de campo dentre os meses de abril e maio de 2016. Vários pontos foram levantados nesse encontro, desde a organização de documentos, ro-

tina de triagem, compradores, parceiros e equipamentos. Além desses pontos, foram levantadas situações relevantes a cerca de conflitos de interesses entre as OPS, empresas privadas e a prefeitura.

O Plano Municipal de Resíduos Sólidos da cidade cujas OPS participam desta análise foi aprovado em 2013 e seu principal objetivo é a diminuição dos impactos que os resíduos sólidos causam na natureza em todos os meios que os produzem. Para diminuir esses impactos, prescreve ações que priorizam a não geração, reeducação, redução, reutilização, reciclagem e descarte ambiental correto, na impossibilidade das práticas anteriormente citadas.

Nesse documento existem propostas de ações de inclusão social dos catadores e efetivamente a prefeitura fechou parceria com uma cooperativa e outras cinco associações de coletores de recicláveis do município. No entanto, na prática, a Coleta Seletiva foi entregue à organização privada que ganhou a licitação para a coleta do lixo urbano e, portanto, essa empresa fica responsável pelas duas coletas. Essa empresa tem a incumbência de realizar a coleta no porta-a-porta e entregar nos barracões das OPS, espaços esses que foram cedidos pela prefeitura e que, em grande parte, estão mobiliados e equipados com itens cedidos pela incubadora. Por sua vez, as OPS fazem a triagem dos materiais e os comercializam.

O quadro abaixo indica a organização do trabalho nas OPS acompanhadas pelo Cieps.

TABELA 1 - Organização do trabalho e pessoal envolvido na coleta e triagem dos materiais

OPS	PESSOAS	ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
1	10	Os associados são divididos em 5 grupos de 2 pessoas e existe um revezamento entre esses grupos para as cargas recebidas
2	12	Os associados são divididos em 4 grupos de 3 pessoas e existe um revezamento entre esses grupos para as cargas recebidas
3	9	Todos ajudam na triagem sem separação de grupos.
4	9	Todos ajudam na triagem sem separação de grupos.
5	37	Os associados internos(15) revezam a triagem dos materiais recebidos, tanto pela coleta seletiva, quando das empresas parceiras, e os associados externos (22) apenas coletam materiais nas ruas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diversas empresas fornecem materiais recicláveis às OPS, mas sem dia fixo. A cooperativa apresenta o maior número de parceiros, em função de sua anterioridade e também pelo seu caráter jurídico. Esses materiais recebidos são quase sempre transportados pela empresa terceirizada, salvo em alguns caso que a própria empresa pede para buscar.

Existe também um convênio com a Universidade Federal de Uberlândia, que repassa os materiais reciclados às OPS. O convênio foi fechado com apenas duas delas, porque as demais, à época, não tinham pronta toda a documentação necessária para tanto.

Todas as organizações recebem carregamentos de materiais da prefeitura. Ocorre uma divisão de entrega por dias da semana, sendo as quantidades desiguais entre as OPS. Não foi explicado o motivo dessa desigualdade, apenas foi exposto um mapa na secreta-

ria municipal responsável que mostra a divisão da coleta pela cidade, mas não a entrega para as organizações. Mostrando assim que não há uma rotina de recebimento, porém na secretaria é dito que todos os empreendimentos deveriam receber ao menos um carregamento por dia, o que não acontece - existe uma OPS que recebe apenas 2 dias por semana.

Fora isso todas fecharam acordos com empresas privadas, por conta do tratamento dos resíduos recicláveis gerados por elas. Atualmente, existem acordos com duas empresas de bebidas e outra de telecomunicações. Essas empresas retribuem o trabalho das OPS de diversas formas, como por exemplo disponibilização de assessoria jurídica e contábil, ou ainda na forma de cessão de equipamentos para a triagem e transporte dos materiais.

À exceção das PETs, que são adquiridas diretamente por uma empresa que as recicla, os compradores dos materiais triados e prensados pelas OPS são atravessadores. São eles que determinam os preços dos produtos e, muitas vezes, tornam as organizações reféns de fornecimento, realizando adiantamentos em dinheiro aos trabalhadores.

Todos os compradores destes materiais buscam os mesmos nas próprias associações, porém em alguns casos é cobrado frete. Normalmente as vendas ocorrem semanalmente, sendo necessária uma quantidade mínima de produtos para que a venda seja realizada. O padrão de qualidade exigido é apenas que o material esteja limpo e bem preservado.

Coletadas as informações de preço de venda por quilo de material coletado, pode-se notar que para alguns materiais o preço é bastante discrepante. Essa diferença de preço ocorre pelo fato de que

a maioria das vendas é feita para atravessadores diferentes, gerando competição entre os grupos de trabalhadores.

A respeito dos auxílios, somente duas associações recebem auxílio estadual, que é o Bolsa Reciclagem.

Foram feitas várias perguntas sobre como funcionava a coleta seletiva na cidade a agentes da secretaria responsável pela atividade na prefeitura. Foi explicado que há coleta em 29 bairros. Há planos de expansão da coleta para aumentar o raio de atuação para a cidade toda, aumentando assim o número de associações que poderiam ser atendidas. Porém, como indica o plano de gestão de resíduos sólidos da cidade, essa expansão tinha previsão de ser concluída até no ano de 2015 e isso não aconteceu.

Houve uma queda de 25% no volume de materiais coletados no último ano. De acordo com uma técnica da prefeitura, essa queda se deu principalmente pela falta de consciência da população. Essa conscientização é feita exclusivamente pelos próprios estagiários da Coleta Seletiva, de tempos em tempos nas áreas atendidas, segundo informado pela representante da prefeitura. Mas, em visita a uma associação, foi relatado que a prefeitura estava pedindo para que eles ajudassem na campanha de conscientização.

Ainda segundo a técnica entrevistada, são vários os problemas encontrados na coleta seletiva, entre eles, equipe pequena na prefeitura, falta divulgação da campanha, falta de conscientização entre a população e, além disso, há um problema cultural envolvido. Como não há um horário específico para a passagem do caminhão, às vezes o morador confunde achando que o caminhão passou e não coloca na rua o material reciclado, ou então acha que não passou e junta com o lixo comum para o descarte.

Outro problema encontrado e até agora está sem solução jurídica cabível, é o fato de que catadores individuais passam nas ruas e pegam o material reciclado antes do caminhão da prefeitura, diminuindo ainda mais a quantidade e a qualidade do material recolhido pelos caminhões da coleta seletiva.

Esses conflitos têm afastado as OPS dos princípios da Economia Popular Solidária, tornando o ambiente individualista e confuso. O individualismo gera competição entre as organizações, que começam a lutar entre si por espaço, materiais, parceiros e preço. Tais pontos serão aprofundados nos próximos tópicos.

4. Reflexões, desafios e oportunidades

A Economia Popular Solidária propõe uma iniciativa coletiva e tem como princípios a autogestão, a valorização social do trabalho e o desenvolvimento humano. O Cieps tem como proposta auxiliar os coletivos populares na reflexão e atuação desses princípios. Porém, alguns acontecimentos externos estão gerando conflitos acerca desses princípios e desestruturando os processos administrativos e de produção dos empreendimentos.

4.1 Dependência da Prefeitura

O convênio da Coleta Seletiva Municipal com a Prefeitura propõe uma parceria que visa o apoio e a melhoria do trabalho nas associações, porém essa parceria gera uma dependência por parte dos empreendimentos ao invés de apoiar o caminho de sua emancipação.

A coleta de resíduos sólidos é feita por caminhões terceirizados, e a empresa é também responsável pela coleta de lixo comum e o Aterro Sanitário Municipal. Essa terceirização dificulta a autonomia dos empreendimentos e traz outros problemas para a rotina de trabalho nos galpões.

Os trabalhadores responsáveis pela coleta de rua são ajudantes dos caminhões de lixo da empresa que coleta os resíduos sólidos das ruas, e não são treinados para a nova função, o que dificulta o trabalho de coletar recicláveis, que é diferente da coleta de lixo. Existe a reclamação dos gestores das OPS de que os carregamentos recebidos estão vindo com muitos rejeitos, em alguns casos os níveis chegam a 30%. A média entre todas as OPS é de 18% de rejeitos entre os materiais recebidos. São vários os fatores que influenciam esses números, como por exemplo a região que é coletado material, quantos carregamentos são recebidos, entre outros.

Um dos deveres das OPS com a Prefeitura é enviar um relatório mensal com as quantidades e os tipos de materiais triados pela coleta do município. No entanto, não existe pesagem do caminhão: é feita pelo motorista uma estimativa do volume, documentada em recibos entregues aos trabalhadores nas oficinas de reciclagem. Esse procedimento traz incoerência entre a pesagem do caminhão, a pesagem dos materiais triados e o rejeito. Essa incoerência afeta a congruência dos resultados de aproveitamento publicados pela prefeitura.

4.2 O Fórum Municipal da Coleta Seletiva

O Fórum Municipal de Coleta Seletiva é formado pelos presidentes dos empreendimentos parceiros da prefeitura e as secreta-

rias envolvidas nas discussões acerca do assunto da coleta seletiva municipal. As reuniões ocorrem quinzenalmente no gabinete do vice-prefeito. O Cieps tem cadeira representativa nas reuniões, o que possibilita visualizar e compreender os principais pontos discutidos e os conflitos de interesses das partes.

Os trabalhadoresse queixam de pouca autonomia no processo da coleta e das falhas de logística dos caminhões da coletora terceirizada. Além da logística prejudicada, os galpões para triagem oferecidos pela prefeitura estão com frequentes problemas de alvará, energia e água. Mesmo o galpão sendo da prefeitura, os empreendimentos recebem multas da própria prefeitura por falta dos documentos que a mesma deveria atualizar ou disponibilizar para as associações e cooperativa.

Os catadores lutam para que eles possam ser os responsáveis por todo o processo da coleta, desde a condução dos caminhões nos bairros até a venda dos materiais após a triagem. Com isso, foi proposta a elaboração de um projeto de lei que determine essa responsabilidade aos empreendimentos e que eles possam receber pelo serviço prestado, como a empresa terceirizada recebe atualmente. O projeto de lei já foi elaborado e espera agora ser aprovado o mais rápido possível.

4.3 O contato com a economia de mercado e estímulo ao individualismo

Além das dificuldades com a Prefeitura, existe uma grande pressão de empresas privadas, gerando individualismo e competição entre as OPS.

Há uma reflexão sobre como ocorrem a interação com o mercado. Pois o mercado ao qual estamos habituados, prega a competitividade entre os empreendimentos o que leva a desigualdade, além da exploração do trabalhador. As pressões sofridas pelas OPS no mercado através das relações de dependência com os atravessadores os fazem querer sair dos ideais da Economia Popular Solidária.

Seguindo o caminho inverso as OPS tentam se distanciar desses problemas. Porém como ocorrem grandes pressões e a busca de aumentar cada vez mais o lucro elas se veem obrigadas a trabalhar com atravessadores da cidade e região, que compram os materiais coletados mais barato, pois não possuem custos com os trabalhadores e vendem a preços muito maiores. Além desse problema, vimos na prática em alguns casos, atravessadores que trabalhavam como agiotas, pois eles ofereciam um adiantamento do pagamento pelos produtos a juros altíssimos e com prestações a perder de vista, onde o catador em um momento de desespero aceitava as propostas.

Isso mostra uma grande exploração do trabalhador, onde as OPS da coleta seletiva se entram no jogos desses atravessadores se tornaram intermediários neste processo, e em alguns casos se tornaram até mesmo os próprios atravessadores.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e consumidores de resíduos sólidos têm responsabilidade compartilhada no ciclo de vida dos produtos. Com isso, as empresas privadas buscam “parcerias” com as associações de coleta seletiva, a fim de cumprir com as responsabilidades ambientais e sociais exigidas.

As perspectivas de atuação dessas empresas são baseadas na economia de mercado, que tem como alguns dos seus princípios o

lucro, a competição e a gestão hierárquica. Princípios antagônicos aos da Economia Popular Solidária.

As propostas têm gerado grandes conflitos entre as OPS. Por exemplo, existe um incentivo por parte delas para que todas as associações passem pela transição e se tornem cooperativas. E após a transição seria configurada uma Federação de Cooperativas, sob comando de uma das empresas.

Dentro da visão solidária, se todos acatarem essa proposta as cooperativas começariam a competir entre si, quebrando toda a força de trabalho cooperado que se propõe para que as famílias envolvidas se emancipem financeira e socialmente.

Há outras propostas que envolvem a cessão de materiais recicláveis, no entanto, as empresas nunca apresentam proposta de remunerar as OPS pelo trabalho a ser prestado - de retirada e destinação correta dos resíduos, tarefas que a PNRS afirma que seria de responsabilidade das geradoras. Os trabalhadores, no entanto, apenas enxergam a possibilidade de aumentar a produção, pagar de dívidas existentes entre OPS e atravessadores e melhorar o rendimento dos catadores.

A principal preocupação sobre essas propostas é que antes mesmo de tomarem a decisão de virarem ou não cooperativas, os presidentes e associados/cooperados já estão em conflito e se individualizando cada vez mais. Cada núcleo está pensando em benefício próprio e não no coletivo. E, além disso, as propostas visam um auxílio imediatista que não será sustentado por muito tempo nem trará autonomia para as OPS.

Devido aos conflitos de interesses e a preocupação da incubadora em relação aos trabalhadores, foram propostas reuniões entre

os presidentes das OPS com o objetivo de refletir sobre os pontos citados acima.

Uma das maiores queixas dos presidentes é a dificuldade de relacionamento entre eles e as diferenças históricas entre os empreendimentos. As diferentes maneiras de se organizarem também contam muito para que o pensamento coletivo não aconteça da melhor maneira possível entre eles.

5. Considerações finais

De acordo com Gaiger (2000), para que os empreendimentos solidários mantenham seus traços distintivos, existem três desafios a enfrentar: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, sem se corromper, e usá-la para a construção de sua própria forma social de produção; b) provar ser superior, na comparação com empreendimentos capitalistas; c) resistir às pressões do ambiente econômico.

Percebe-se que os trabalhadores estão subsumidos à lógica da economia de mercado, sendo explorados pelos atravessadores e sujeitos a interesses de empresas e agentes públicos, sem governabilidade sobre as relações das quais participam, que são chamadas “parcerias”, no entanto, claramente, existe partilha bastante desigual entre ônus e bônus entre os “parceiros”.

Percebemos que o interesse principal das OPS é ter um resultado econômico mais acelerado e, por isso, as parcerias com as empresas privadas se tornam interessantes.

Tendo em vista que os trabalhadores têm necessidades ligadas à sobrevivência familiar no dia-a-dia, o processo de sustentabilidade é essencial para assegurar que os ganhos financeiros mantenham a

motivação dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo, essa motivação precisa ser orientada para a forja de relações críticas em relação ao que já viveram e presenciaram. A sustentabilidade econômica não deveria ser o único objetivo de uma organização produtiva solidária. A busca das emancipações humanas deve ser intentada, não somente a econômica. A resolução de conflitos precisa passar pelo questionamento das soluções apresentadas pela organização capitalista, e os trabalhadores precisam ter apoio para refletir a construção de outras opções, mais solidárias, de organização e solução de contradições.

Não se pode esquecer que esses trabalhadores vivem em ambientes capitalistas e com eles fazem trocas, e que os trabalhadores viveram com as construções de soluções de conflito de seus antigos ambientes profissionais, ou então são impactados por eles quando assistem aos meios de comunicação tradicionais, dado que a indústria do conteúdo é reprodutora desses padrões.

O entendimento de competição é muito forte entre os empreendimentos que acreditam que, cada um ao seu modo, tem direito ao acesso a alguma política que o beneficie, talvez de forma intencional competindo com outro empreendimento afim. É a máxima do mundo capitalista de que existem vencedores e perdedores. Assim, os trabalhadores precisam de apoio para refletir sobre como solucionar problemas de relacionamento, produção e comercialização de forma solidária, entendendo as contradições que precisam enfrentar. E precisam ser apoiados para enfrentá-las, caso contrário apenas reproduzem as relações de exploração da economia capitalista.

O método de incubação do Cieps está em constante construção. Há uma percepção em relação à dependência econômica e que

os empreendimentos devem superar em primeiro momento a questão da viabilidade financeira da atividade envolvida, por meio de projetos, e ao mesmo tempo em que as assessorias são realizadas e as ações de formação são executadas, e assim pretende-se que haja uma troca de saberes e de experiências que levem a outra concepção de mundo.

Os processos de formação para o trabalho são fundamentais para contribuir para a superação dessas contradições. Aliar dinâmicas que consigam fazer as mediações entre o conhecimento técnico que deve ser dominado e subordinado aos interesses dos trabalhadores, e ao mesmo tempo associar práticas formativas que apontem para a tomada de consciência enquanto ser socialmente histórico, e que contemplem todas as necessidades humanas de acumular saberes para sua existência, são os desafios do processo de formação que se pretenda emancipatório, que aponte para a superação tecnicista e possibilite que os trabalhadores transfiram e gerem conhecimento, subordinem as tecnologias às suas necessidades, agregando valor para si, para seus pares e para a sociedade.

Referências

BARCELLOS, A.P. **Economia popular e solidária: uma alternativa à crise do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90**. 2000, 62f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

CRUZ, A. Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária. **Ecosol**, 2007. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt/politpub.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016

- EID, Farid (org). **Construindo uma economia solidária**. Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT. Campinas, SP: Unicamp, 2002.
- EID, Farid; PIMENTEL, Andréa H.B.; SEVERINO, Maico R.; SANTOS, Clarice. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST-Brasil. Anais. **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU**. Quito, Equador, 20-24/11, 2006.
- FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean-Lois. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- GAIGER, Luiz I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. 2000. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc5.doc>. Acesso em: 12 jul. 2005.
- LISBOA, Armando M. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- PROJETOS UNIJUI. **Geração e gerenciamento de resíduos sólidos provenientes das atividades humanas**. <http://www.projetos.unijui.edu.br/gipec/sit-estudo/selixo/gipec-se-ot-gg.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016
- SINGER, Paul; SOUZA, André R. de. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maico Roris Severino – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Esta publicação teve por objetivo apresentar alguns dos temas relativos à Economia Solidária que foram discutidos no I Encontro Goiano de Economia Solidária (EGESOL) realizado no ano de 2016.

Sendo assim, no Capítulo I foi apresentada uma síntese das atividades realizadas no evento por meio da apresentação da programação.

Nos Capítulos II, IV e V foram apresentados relatos de projetos de pesquisa e extensão realizados por membros da equipe da Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários (INESSOL) da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Catalão.

No Capítulo III foi apresentado um relato de projetos de pesquisa realizado por membros da equipe da Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Goiânia.

Nos Capítulos VI e VII foram apresentados relatos de projetos de pesquisa e extensão realizados por membros da equipe do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Apesar do CIEPS não ser uma incubadora goiana, optou-se pelo convite da contribuição dos membros desta equipe pela proximidade geográfica (Uberlândia está aproximadamente à 70 km da divisa entre os estados de Minas Gerais e Goiás) e os desafios da Economia Solidária serem semelhantes aos do estado de Goiás.

Dentre os principais resultados derivados do I EGESOL podem-se destacar: a) consolidação da incubadora INESSOL na Regional Catalão por meio do aumento da equipe, formalização institucional, disseminação dos trabalhos que vem sendo realizado e reconhecimento pela comunidade interna e externa à universidade; b) qualificação dos participantes quanto à Economia Solidária por meio dos debates apresentados durante o evento, de modo especial quanto à Educação Popular e à Metodologia de Incubação; c) melhor compreensão quanto o papel e importância dos fóruns e redes de Economia Solidária; d) início das discussões entre os membros dos empreendimentos de economia solidária do município de Catalão-GO incubados pela INESSOL para criação da Rede Catalana de Economia Solidária; e) maior interação e integração entre as incubadoras participantes (INESSOL, Incubadora Social e CIEPS) bem como entre os membros das mesmas para desenvolvimento de projetos conjuntos e outras parcerias; f) socialização da experiências de projetos de Economia Solidária das incubadoras participantes; g) consolidação do EGESOL como espaço de debate sobre a Economia Solidária em Goiás com periodicidade anual; h) a publicação deste livro relatando os debates ocorridos no I EGESOL.

Por fim, é expressado os agradecimentos à todos que se envolveram ao I EGESOL e a publicação deste livro, à equipe organizadora do evento, aos palestrantes, aos autores e apresentadores dos trabalhos, aos participantes do evento, às equipes das incubadoras, aos membros dos empreendimentos, à editora CEGRAF e aos apoiadores, de modo especial, à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Universidade Federal de Goiás (UFG) pela estrutura e infraestrutura, e ao suporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).



Universidade Federal de Goiás

Reitor

Edward Madureira Brasil

Vice-Reitora

Sandramara Matias Chaves

Pró-Reitora de Graduação

Flávia Aparecida de Oliveira

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Laerte Guimarães Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Jesiel Freitas Carvalho

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Lucilene Maria de Sousa

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Robson Maia Geraldine

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas - Pró-Pessoas

Everton Wirbitzki da Silveira

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis - Prae

Maisa Miralva da Silva



Conselho Deliberativo do CEGRAF/ UFG

Conselho Deliberativo

Antonio Carlos Novaes

Antonio Corbacho Quintela (Diretor)

Daniel Ancelmo

Igor Kopcak

José Luiz Rocha

José Vanderley Gouveia

Julyana Aleixo Fragoso

Maria Lucia Kons

Revalino Antonio de Freitas

Sigeo Kitatani Júnior

Título: Economia Solidária em Debate: Relatos do Encontro Goiano de Economia Solidária

Direção-Geral: Antón Corbacho Quintela

Assessoria Editorial e Gráfica: Igor Kopcak
José Vanderley Gouveia
Revalino Antonio de Freitas
Sigeo Kitatani Júnior

Divisão Administrativa: José Luiz Rocha

Divisão de Revisão: Maria Lucia Kons

Divisão de Editoração: Julyana Aleixo Fragoso

Divisão de Impressão e Acabamento: Daniel Ancelmo da Silva

SOBRE O LIVRO

Tipologia: Kepler | Fertigo Pro
Cegraf UFG



Câmpus Samambaia, Goiânia, Goiás, Brasil - 74690-900
Fone: (62) 3521 - 1107
direcaocegrafufg@yahoo.com
www.cegraf.ufg.br



ENCONTRO GOIANO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

REALIZAÇÃO



APOIO

